

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GILSON DARÓS**

**O PAPEL DO CONTADOR NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO DE  
FORQUILHINHA-SC**

**CRICIÚMA**

**2013**

**GILSON DARÓS**

**O PAPEL DO CONTADOR NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO DE  
FORQUILHINHA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Luciano da Rocha Ducioni

**CRICIÚMA**

**2013**

**GILSON DARÓS**

**O PAPEL DO CONTADOR NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO DE  
FORQUILHINHA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 09 de dezembro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Luciano da Rocha Ducioni, Prof. Esp., Orientador**

---

**Realdo da Silva, Prof. Esp., Examinador 01**

---

**Dourival Giassi, Prof. Esp., Examinador 02**

Dedico esta monografia aos meus pais que me ensinaram a acreditar nos sonhos e a batalhar para que eles se tornassem realidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as coisas boas que vivi até hoje, e pelas ruins também, pois serviram de aprendizado que levarei como exemplo para a vida toda.

À minha mãe Cecília, que não mediu esforços para me apoiar nessa caminhada, sempre me incentivando e acreditando na minha capacidade.

Ao meu pai Wilson (*in memoriam*), que me deu a vida e ensinou a vivê-la com dignidade, que foi meu mestre e meu amigo. Muitas vezes renunciou seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Embora não esteja mais presente, sei que está feliz por eu ter concluído mais uma etapa da vida. Meu muito obrigado pai, tenho orgulho de ser seu filho.

Aos meus irmãos, que direta ou indiretamente contribuíram para o meu aprendizado e ao meu sobrinho Kauã pelos momentos de descontração e alegria que me proporciona.

Aos meus colegas de faculdade, em especial ao Antonoel, Bruno e Edimar, pelos conselhos, pelas risadas, pelas festas, pelas conversas jogadas fora e tantas histórias que ficarão gravadas na minha memória. Sei que essa amizade aos poucos vai se distanciar conforme o passar do tempo, mas sou eternamente grato por ter conhecido vocês.

Ao meu orientador Luciano, pelo seu conhecimento e dedicação para que este trabalho seja concluído com êxito.

Mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita,  
mas não chegará a ti.  
Salmos 91:7

## RESUMO

DARÓS, Gilson. **O papel do contador nas micro e pequenas empresas da região de Forquilha-SC**. 2013. 85 páginas. Orientador: Luciano da Rocha Ducioni. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Diante da importância das micro e pequenas empresas para a economia do país, pretende-se com esse estudo, descobrir qual a importância do contador para os micro e pequenos empresários da região de Forquilha e se estes a utilizam para auxiliar na gestão da empresa. O propósito desse trabalho é identificar o quanto as informações contábeis são úteis para a tomada de decisão dos gestores de forma a garantir a eficácia e o crescimento das organizações.

**Palavras-chave:** Micro e pequenas empresas. Informações contábeis. Tomada de decisão.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de micro e pequenas empresas por setor de atividade econômica brasil – 2010 (em números absolutos). ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Usuários da informação contábil.....	23
Quadro 2: Ramos de atuação do profissional contábil .....	29

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo de operação das empresas no mercado .....	60
Gráfico 2: Setor de atividade .....	61
Gráfico 3: Número de funcionários .....	61
Gráfico 4: Porte da empresa (faturamento) .....	62
Gráfico 5: Forma de tributação .....	63
Gráfico 6: Grau de instrução dos gestores .....	64
Gráfico 7: Serviços contábeis da empresa .....	65
Gráfico 8: Serviços prestados às empresas pelo profissional contábil .....	66
Gráfico 9: Aconselhamentos na tomada de decisão.....	67
Gráfico 10: Qualidade dos serviços prestados .....	68
Gráfico 11: Utilização das informações contábeis na gestão da empresa.....	69
Gráfico 12: Utilização das informações contábeis .....	70
Gráfico 13: Principal dificuldade enfrentada pela empresa.....	71
Gráfico 14: Apresentação das demonstrações contábeis.....	72
Gráfico 15: Principal dificuldade na gestão da empresa .....	73
Gráfico 16: Contribuição do profissional contábil na gestão da empresa .....	74

## **LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera

Art. - Artigo

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa

CND - Certidão Negativa de Débito

CF – Constituição Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EPP – Empresa de Pequeno Porte

ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LC – Lei Complementar

ME – Micro Empresa

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

RIR – Regulamento do Imposto de Renda

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

ST - Substituição Tributária

## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>18</b>
2.1 A CIÊNCIA CONTÁBIL .....	18
<b>2.1.1 O Objeto e objetivos da contabilidade</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.2 A informação contábil e os usuários</b> .....	<b>20</b>
2.1.2.1 Usuários internos e externos .....	22
2.2 O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE.....	24
<b>2.2.1 Perfil profissional e mercado de trabalho</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2.2 Campos de atuação do profissional da contabilidade</b> .....	<b>28</b>
2.2.2.1 Controladoria .....	30
2.2.2.2 Professor .....	30
2.2.2.3 Auditor .....	31
2.2.2.4 Perito contábil .....	32
2.2.2.5 Contador público.....	32
2.3 A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL .....	33
<b>2.3.1 Aspectos legais</b> .....	<b>33</b>
<b>2.3.2 Serviços prestados</b> .....	<b>35</b>
2.3.2.1 Escrituração fiscal.....	36
2.3.2.2 Escrituração contábil.....	37
2.3.2.3 Administração de pessoal.....	38
2.3.2.4 Consultoria.....	39
2.3.2.5 Constituição de empresa .....	40
2.4 EMPRESAS .....	40
<b>2.4.1 Conceito de empresa</b> .....	<b>41</b>
<b>2.4.2 A pequena e média empresa</b> .....	<b>41</b>
2.4.2.1 A importância das micro e pequenas empresas na economia.....	42
<b>2.4.3 Formas de tributação</b> .....	<b>45</b>

2.4.3.1 Lucro real.....	45
2.4.3.2 Lucro presumido .....	47
2.4.3.3 Lucro arbitrado.....	50
2.4.3.4 Simples nacional.....	51
2.5 A CONTABILIDADE GERENCIAL .....	54
<b>2.5.1 Avaliação e controle do gestor nas mpes .....</b>	<b>55</b>
<b>2.5.2 A importância da contabilidade para a gestão das entidades .....</b>	<b>56</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>58</b>
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM AS EMPRESAS.....</b>	<b>59</b>
4.1 APRESENTAÇÃO .....	59
4.2 RESULTADO DA PESQUISA.....	59
<b>4.2.1 Tempo de operação das empresas .....</b>	<b>60</b>
<b>4.2.2 Setor de atividade .....</b>	<b>60</b>
<b>4.2.3 Número de funcionários.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2.4 Porte da empresa quanto ao faturamento .....</b>	<b>62</b>
<b>4.2.5 Forma de tributação .....</b>	<b>62</b>
<b>4.2.6 Grau de escolaridade do gestor .....</b>	<b>63</b>
<b>4.2.7 Serviços contábeis da empresa .....</b>	<b>64</b>
<b>4.2.8 Serviços prestados às empresas pelo profissional contábil.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2.9 Aconselhamentos na tomada de decisão.....</b>	<b>66</b>
<b>4.2.10 Qualidade dos serviços prestados.....</b>	<b>67</b>
<b>4.2.11 Utilização das informações contábeis na gestão da empresa .....</b>	<b>68</b>
<b>4.2.12 Utilização das informações contábeis .....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.13 Principal dificuldade enfrentada pela empresa.....</b>	<b>70</b>
<b>4.2.14 Apresentação das demonstrações contábeis .....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.15 Principal dificuldade na gestão da empresa .....</b>	<b>72</b>
<b>4.2.16 Contribuição do profissional contábil na gestão da empresa .....</b>	<b>73</b>
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>81</b>

**APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE PESQUISA AOS GESTORES DAS EMPRESAS DA  
REGIÃO DE FORQUILHINHA-SC .....82**

## 1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas possuem um papel importante na geração de emprego e renda para toda a sociedade, porém por serem empresas pequenas, não possuem uma estrutura adequada para se manter no mercado sozinhas, buscando muitas vezes auxílio de profissionais capacitados. O contador é a pessoa ideal para este auxílio, pois por intermédio de seu trabalho e sua experiência possui a capacidade de orientá-los da melhor forma.

O contador pode exercer suas atividades nas mais diversas áreas, tais como, assessor, analista, auditor, perito, professor dentre outras, possuindo qualidades indispensáveis para atender as necessidades de seus clientes. Por outro lado, por serem empresas de pequeno porte e a legislação tributária não dar muita ênfase, deixam de exigir a escrituração contábil completa e os empresários acreditam que os serviços deste profissional serve apenas para a apuração dos impostos.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

Com os incentivos e benefícios oferecidos pelo governo por meio de financiamentos para as pequenas empresas, está cada vez mais acessível se tornar um empresário. Porém, as empresas enfrentam algumas dificuldades para se manter no mercado, ora por causa da concorrência, ora por falha da administração e isso se agrava ainda mais quando se fala em micro e pequenas empresas.

Muitos dos empresários ao abrir seu próprio negócio passam a desempenhar um papel gerencial pois fica inviável a profissionalização da gestão. Em muitos casos o empreendedor possui experiência apenas no seu ramo de atuação, não dominando a área da gestão, conseqüentemente deixando a desejar em alguns aspectos. Atualmente as empresas não podem cometer erros, caso contrário contribuirão para que aumentem os casos de falência no país.

Uma empresa sem a contabilidade não terá condições para se manter no mercado ou se planejar para o futuro, não terá credibilidade com seus fornecedores, com os bancos e até mesmo com os clientes. Muitos empresários não percebem que o papel da contabilidade não se limita apenas em apurar os impostos e atender os pedidos de rotina.

A contabilidade tem um papel importante na administração de uma empresa, é ela que possui as ferramentas necessárias para a conservação do patrimônio da entidade e a gestão dos negócios, todos os dados necessários para contribuir na tomada de decisão, informações importantes no mercado acirrado dos últimos tempos. Porém na prática a realidade é outra, muitos empresários não dão o devido valor às organizações contábeis, conseqüentemente remunerando de forma insatisfatória o contador.

Conforme as estatísticas levantadas pelo SEBRAE, podemos ver alguns motivos que fazem com que a maioria das pequenas empresas fechem suas portas:

- Falta de Planejamento: É raro uma empresa de pequeno porte fazer um plano de negócio antes de entrar na atividade;

- Despreparo para a gestão empresarial: Muitos dos empresários entram no ramo de atividade sem saber fazer um controle de fluxo de caixa, controle de estoque, controle financeiro;

De acordo com Martins (2005), a mortalidade das pequenas e médias empresas é um grande problema, porque essas organizações, muitas vezes, não suportam as pressões normais do cotidiano e acabam encerrando suas atividades.

A contabilidade tem sido um importante instrumento de gestão para essas empresas, pois além das causas já conhecidas, como a carga tributária e as altas taxas de juros, a falta de um gerenciamento de qualidade se torna um fator relevante para a mortalidade das mesmas.

Diante disso, a contabilidade se torna indispensável, possibilitando uma base de dados correta na qual é disponibilizada aos gestores da entidade para uma tomada de decisão eficaz.

Para cumprir o seu papel de maneira correta, a contabilidade deve possuir as seguintes características básicas: ser útil, clara, relevante, oportuna, completa, além de ser direcionada aos interesses não apenas do fisco, mas também aos interesses gerenciais.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa busca saber quais as contribuições do contador na gestão das micro e pequenas empresas na região de Forquilha e se as informações contábeis elaboradas por eles são utilizadas pelos gestores para auxiliar na tomada de decisão?



## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral do presente estudo consiste em apresentar as contribuições do contador na gestão das empresas de pequeno porte na região de Forquilha.

Os objetivos específicos foram assim determinados:

- Saber a responsabilidade e o papel do contador nas micro e pequenas empresas;
- Identificar as principais dificuldades dos gestores das pequenas empresas;
- Verificar a utilização da informação contábil pelos empresários como uma ferramenta para a tomada de decisão.
- Conhecer a relação entre os pequenos empresários com seus respectivos contadores.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Hoje em dia além das inúmeras obrigações que o fisco exige das empresas, os contadores enfrentam outro problema que é o relacionamento com os empresários. O problema se agrava ainda mais quando se fala em pequenas empresas, já que as grandes possuem contabilidade própria e não dependem de serviços de terceiros. O contador que deveria ser visto como uma peça-chave para que os negócios deem certo, na realidade é visto como um mal necessário que serve apenas para entregar as obrigações e cobrar os honorários mensais.

Para quem tem uma visão ampla, os serviços contábeis não servem apenas para apurar impostos, mas também como planejamento gerencial, já que são os contadores que detêm todas as informações das empresas.

O contador é capaz de demonstrar o desempenho de uma entidade, não apenas se ocorreu um aumento ou queda de faturamento, mas também de que maneira houve essa mudança, onde aumentaram as despesas, se o preço de venda está compatível com o produto, se o custo da mercadoria vendida está adequado e assim por diante.

Como toda prestação de serviços, a contabilidade não é diferente, podendo ser desde a mais básica até a mais avançada, variando também a assessoria feita e principalmente os honorários cobrados.

Conhecer o uso da contabilidade por parte dos gestores das micro e pequenas empresas da região de Forquilha é um fato relevante ao passo de que contribui para que os mesmos conheçam a importância desta ferramenta para questões econômico-financeiras da entidade. A relevância científica e até mesmo contábil está na possibilidade de se conhecer o desempenho da contabilidade para este tipo de empresa. A relevância social está na possibilidade de se evidenciar nesta pesquisa a necessidade de os contadores apresentarem aos seus clientes os benefícios que a contabilidade pode oferecer para as micro e pequenas empresas, podendo direcionar o comportamento destes profissionais para uma contribuição mais efetiva no desenvolvimento destes negócios.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A CIÊNCIA CONTÁBIL

A contabilidade surgiu a milhares de anos com a necessidade de o homem controlar o seu patrimônio, que geralmente eram seus animais e instrumentos. Há indícios de que a contabilidade tenha surgido a cerca de 10 a 20 mil anos atrás.

Admite-se, pois, que a cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva. O homem primitivo buscava, assim, memorizar aquilo que dispunha e que não precisava buscar na natureza porque armazenara (SÁ, 1997 p. 20).

Com o mesmo pensamento, Ludícibus (2000, p.29) acrescenta que,

A contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem pensante. Historiadores remontam os primeiros sinais da existência de contas aproximadamente a 4000 anos a.c. Entretanto, talvez antes disto o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

Percebe-se que a contabilidade surgiu da necessidade do homem acompanhar e controlar a evolução de seu patrimônio. Neste contexto, a contabilidade faz parte da evolução e do desenvolvimento do próprio ser humano e da sociedade.

Historiógrafos do pensamento humano (das matemáticas, das artes, da própria escrita etc) são unânimes em afirmar que a conta foi a primeira forma racional de manifestação inteligente do homem, nos aspectos quantitativo e qualitativo, como, também, que a contabilidade nasceu com as primeiras manifestações da civilização. (SÁ, 2008 p. 17)

Com o passar dos anos começaram a surgir inovações nas civilizações e a contabilidade seguiu o mesmo caminho, as formas de controle que as pessoas faziam começaram a ficar complexas, buscando sempre um detalhamento mais claro de suas riquezas. Ludícibus (2010) destaca que a contabilidade teve uma evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda, e que na época da troca simples e pura de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos

e os bens diante terceiros, porém se tratava de um mero inventário físico sem avaliação monetária.

Na medida em que houve a evolução da sociedade, as transações empresariais se tornaram complexas e competitivas, surgindo as grandes organizações. Essa evolução fez com que o profissional da contabilidade se dedicasse cada vez mais para atender as exigências dos clientes quanto ao tipo de serviços prestados.

A contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa [...] a necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento. O surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante disciplina, potencializando seu uso e aumentando sua eficácia. (IUDÍCIBUS, 1998 p. 29).

A contabilidade teve um grande salto a partir de 1494 com a publicação do Frei Luca Pacioli: *“Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornalitè”* (coleção de conhecimentos de aritmética, geometria, proporção e proporcionalidade), onde ele descreveu que para cada débito existia um crédito de respectivo valor e vice versa, isso seria conhecido como o método das partidas dobradas. Isto fez com que o Frei ficasse venerado por mais de quatro séculos.

Embora este período de veneração ao livro de Pacioli, foi definido, segundo Schmidt e Santos (2006), como um período de estagnação contábil, onde não surtiram grandes novidades, as técnicas contábeis foram difundidas entre a população e os empreendedores, possibilitando o estudo e o desenvolvimento das ciências contábeis, que é uma das ciências mais antigas do mundo.

Nos dias atuais, com todo o avanço da tecnologia que já é conhecida pela sociedade e pelo relacionamento cada vez maior entre as empresas e a sociedade, torna-se imprescindível a participação da contabilidade como fonte geradora de informações.

### **2.1.1 O Objeto e objetivos da contabilidade**

A contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio e suas variações, servindo tanto para pessoa jurídica como para pessoa física. Desde seu surgimento, nos tempos primórdios, até os dias atuais o principal objetivo da contabilidade é trazer a informação sobre o seu objeto de estudo, ou seja, o

patrimônio, permitindo então um estudo e um controle dos fatos decorrentes da gestão.

A Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo como objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, a análise, a avaliação, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado/presente/futuro. (KROETZ, 2000, p.21)

Ludícibus (1994, p. 26), define o objetivo da contabilidade como sendo de: “fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Conforme destaca Ludícibus e Marion (2007, p.53) “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.”

Diante disso nota-se que a contabilidade, além de estudar os fenômenos patrimoniais, também se preocupa com os aspectos econômicos e financeiros para poder auxiliar ao máximo as organizações e seus usuários.

### **2.1.2 A informação contábil e os usuários**

Uma das principais características da contabilidade é a de fornecer informações úteis aos mais diversos tipos de usuários. Destaca-se que há uma gama de pessoas interessadas em utilizá-las e a informação contábil é de extrema importância para a sociedade como um todo, principalmente quando se trata de organizações. Ao analisar o seu objeto (patrimônio), a contabilidade utiliza-se da informação para se comunicar com os seus usuários, e desta forma se baseiam nesses dados para uma possível tomada de decisão.

Como a tecnologia está em constante evolução, a informação chega até seus usuários com maior rapidez, o que torna muito importante a produção de informações de qualidade e tempestivas.

Os eventuais compradores de ações ou debêntures da entidade (se for de capital aberto) procuram extrair informações para sua decisão sobre se vale a pena ou não investir na empresa; bancos e emprestadores de dinheiro estão interessados em avaliar se a entidade oferece boas perspectivas de retorno para seus empréstimos e financiamentos; o governo, em seus vários níveis, está interessado na informação contábil como base de imposição fiscal e para estudos macroeconômicos; os empregados da entidade procuram extrair informações sobre a capacidade da entidade de pagar maiores salários e benefícios; macroeconomistas e analistas financeiros estão interessados nas agregações contábeis para extrair agregados financeiros (vendas por setor, liquidez, etc.), mas ninguém estará tão vitalmente interessado quanto o tomador de decisão interno da entidade (IUDÍCIBUS e MARION, 2007, p. 55)

Segundo Carneiro (2007), a informação é uma fonte de poder pois nos permite analisar o passado, compreender o presente e antever o futuro.

Com essas definições, podemos observar a forte ligação da contabilidade com o processo de informação. A contabilidade não está limitada apenas à registrar e arquivar os fatos contábeis, mas sim, possui o compromisso de analisar e transformar esses dados em informações que podem servir de apoio aos gestores para controlar, planejar, comparar, enfim, auxiliando a gestão e a tomada de decisão.

As operações da entidade à qual se está aplicando a Contabilidade são estudadas minuciosamente, sendo então desenhado o Plano e Manual de Contas para a contabilização sistemática das operações rotineiras da entidade, ao mesmo tempo em que são delineados os principais tipos de relatórios (demonstrações) que devem sair do processo contábil. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 53)

Pode-se observar também que as operações da entidade são estudadas minuciosamente, detalhando as principais operações da entidade e posteriormente feitas uma análise dos principais relatórios ou demonstrações que sairão do sistema contábil.

Segundo Dias (2003), é importante que os relatórios contábeis sejam classificados de forma ordenada e uniforme para que os usuários consigam uma melhor visualização da situação patrimonial e financeira da entidade.

A contabilidade tem a capacidade de produzir informações para dois tipos de usuários, ambos com interesses diferentes, são eles:

- internos (administradores, gerentes, encarregados, diretores, funcionários)
- externos (bancos, investidores, fornecedores, sindicatos, governo, etc)

### 2.1.2.1 Usuários internos e externos

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 774/94, classificou os usuários das informações contábeis em duas categorias: interno e externo.

Diante disso, Padovese (2003 apud BARBOSA, BONAMIGO, 2004) conceituou os dois tipos de usuários.

Usuários Externos: São pessoas ou entidades que possuem interesse na empresa, que está direta ou indiretamente voltada a atender à sociedade. Podemos citar: clientes, investidores, credores, fornecedores, órgãos governamentais, e outros.

Usuários Internos: Pessoas responsáveis pelo planejamento e controle empresarial, responsáveis pela sobrevivência da empresa; vão desde o administrador, sócios, proprietários, até os operários desta.

Ambos possuem interesses diversificados, razão pela qual as informações contábeis devem ser amplas e fidedignas, possibilitando ao menos uma avaliação patrimonial da entidade e suas mutações sofridas por este patrimônio para uma possível prevenção futura. É o que diz Dias (2003, p. 21), “as empresas voltadas para o futuro têm a preocupação de fazer um estudo de seu passado para que possam projetar um futuro promissor.”

Isso significa dizer que as informações geradas pela contabilidade somente serão úteis, se servirem como predições futuras, fazendo com que o processo decisório seja influenciado por elas.

Um exemplo disso é comentado por Matarazzo (1998, apud DIAS, 2003), quando refere-se a uma empresa onde os usuários internos trabalham em cima das informações geradas pela contabilidade de custos ou gerencial. Eles estão interessados em acompanhar o andamento da empresa, para isso confrontam os dados reais com os projetados, dando apoio ao processo de planejamento e controle das operações da empresa. Isso serve como um auxílio nos processos de tomada de decisão.

Nesse conceito, Ludícibus e Marion (2007, p. 54) citam os principais relatórios para os usuários internos:

- I- Comparações entre custos orçados (ou padrão) e reais;
- II- Relatórios para decisões especiais do tipo:
  - a) Fabricar *versus* adquirir;

- b) Orçamento de capital;
- c) Expansão da fábrica;
- d) Criação de divisões;
- e) Relatórios sobre *mix* de produtos e serviços, etc.”

Entre os usuários externos, as informações mais utilizadas são as demonstrações contábeis tradicionais, tais como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas.

Segundo Dias (2003, p. 22), “externamente, os maiores interessados são os investidores, os credores e o governo, o qual tem interesse nas informações contábeis, pois é baseado na contabilidade que faz a arrecadação de vários tributos”.

Para que possa ser analisada a situação em que uma entidade se encontra num certo período, é necessário conhecimento, ou seja, é preciso saber o que se pretende com a análise, para quem se destina, e o período que se deseja analisar.

No quadro 1, Ludícibus (2004) elenca os usuários da contabilidade de acordo com suas necessidades de informação.

Quadro 1: Usuários da informação contábil

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou Tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis

Fonte: Ludícibus, 2004



De modo geral, os interessados acabam sendo influenciados pelas informações contábeis disponíveis, tornando inviável ao contador fornecer informações padronizadas para os usuários internos e externos. O papel do contador então seria o de suprir com informações todos os usuários, de acordo com suas necessidades sem buscar privilégios e benefícios de qualquer uma das partes envolvidas.

## 2.2 O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

A profissão contábil está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade e as duas categorias: contador e técnico em contabilidade.

O contador é um profissional de nível superior, portador do diploma de bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. A ausência do registro do diploma no CRC, além do impedimento do exercício da profissão, não lhe dá o título de contador, sendo considerado somente o título de bacharel em Ciências Contábeis. (FORTES, 2005, p. 23).

Portanto, pode-se considerar contador a pessoa que obter o diploma de bacharel em Ciências Contábeis e estar devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade.

Já para o técnico em contabilidade, Fortes (2005) destaca que é um profissional de nível médio, portador do certificado de conclusão do segundo grau, com a habilitação de técnico em contabilidade, e que para exercer a profissão, terá de estar devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Conforme a Lei nº 12.249/10 de 11 de junho de 2010, que alterou o Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, no seu Art. 12º diz que:

Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

Considerando o disposto no parágrafo anterior em que menciona que um dos requisitos necessários para o profissional exercer a profissão contábil é a aprovação no exame de suficiência, a Resolução CFC nº 1.373, de 08 de Dezembro

de 2011, no seu Art. 1º conceitua o mesmo dizendo que “é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade.”

Este exame de suficiência avalia se o profissional contábil possui os conhecimentos médios necessários para atuar na área.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, “As prerrogativas profissionais dos Técnicos em Contabilidade bem como dos Bacharéis em Ciências Contábeis estão previstas nos artigos 25 e 26 do Decreto-lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946.”

Artigo 25º, são considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) Organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) Escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) Perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Artigo 26º Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.

Em 28 de outubro de 1983, o CFC por meio da Resolução CFC 560/83 dispõe sobre as atribuições privativas dos contadores e técnicos de contabilidade, de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, destacando-se entre outras as atividades de auditoria e perícia contábil, como atividades privativas dos contadores.

O profissional da contabilidade pode exercer suas atividades nos mais diversos segmentos do mercado de trabalho, na área administrativa, comercial, financeira, fiscal, etc. Proporcionando informações fundamentais para a tomada de decisões, pois são os organizadores das informações.

Segundo Sá (2007, p. 146),

entre os diversos campos profissionais, o Contabilista tem a seu dispor um dos maiores mercados, pois nenhuma empresa e nenhuma instituição podem dispensar sua assistência constante; por isso, proporcionalmente, se agigantam as responsabilidades e os deveres, mas também as dignidades e as recompensas pelo exercício.

O profissional contábil deve estar habilitado a desempenhar um trabalho nos cargos de maior confiança, conforme cita Farias e Lima (2009, p. 01) dentre essas habilidades, estão “esforço, ética, seriedade e confiança, aliado ao interesse na educação continuada.”

Segundo Sá (2007, p.165) “O exercício de uma profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento, o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além de atualização constante e aperfeiçoamento cultural.”

De acordo com os autores mencionados, pode-se perceber que a profissão contábil é de extrema importância para as organizações e que exige de seus profissionais um perfil de plena responsabilidade, conhecimento, ética entre outras habilidades pertinentes à um cargo de confiança.

### **2.2.1 Perfil profissional e mercado de trabalho**

O perfil do profissional contábil modificou-se com o passar dos anos, diversos fatores no mundo econômico e social sofreram modificações e com isso o papel da contabilidade teve que se adequar a essas mudanças. Se no passado a contabilidade já era importante, hoje em dia ela é cada vez mais imprescindível e as organizações cada vez mais necessitam de contadores atualizados e preparados.

Segundo Sá (2003) Dentre as principais alterações que contribuíram para essa mudança no perfil dos contadores foram:

- Avanço da tecnologia;
- Concorrência;
- Facilidade extrema de comunicação;
- Dilatação do mercado;
- Relevância dos aspectos sociais;
- Princípios e normas.

Todas essas mudanças fizeram a contabilidade progredir, pois a sociedade empresaria e até mesmo a comunidade em geral exige que o contador entenda cada detalhe e cada segmento da contabilidade para poder instruí-los a tomar a melhor decisão.

Para Marion (2007, p. 24) “a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para a tomada de decisões”.

De acordo com Sá (2011, p. 01), “as empresas, hoje, exigem profissionais que sejam verdadeiros cientistas do patrimônio, que tenham capacidade de entender os números e determinar os rumos que a instituição deve seguir”.

Informar passou a ser uma função ultrapassada que não possui tanta relevância nos dias atuais, afinal, os computadores possuem essa finalidade e qualquer pessoa pode ter acesso. A diferença é saber interpretar essas informações, oferecendo modelos de progressões, função esta que é de um profissional contábil.

Conforme salienta Sá (2011, p. 01), “o perfil de um contador moderno é o de um homem com valor que precisa acumular conhecimentos.”

O profissional da contabilidade deve adquirir inúmeros conhecimentos durante sua carreira e como contrapartida possui um mercado de trabalho garantido na sociedade. Como todo profissional de qualidade, conseqüentemente terá uma boa remuneração, por isso que muitos invadem o nosso ramo de atividade, pois é o melhor dentre todos os profissionais de nível superior.

A profissão contábil tem crescido e se fortalecido e hoje a sociedade precisa da profissão para as suas necessidades normais de negócios. Também as organizações governamentais e semi-governamentais procuram a profissão para consultoria e assistência em vários assuntos. O crescimento da profissão no século passado indica que ela tem de acompanhar sempre as mudanças no ambiente, manter-se atualizada, em termos de conhecimento e habilidades esperadas do profissional, e aplicar as ferramentas baseadas nas técnicas mais recentes, em oportunidades adequadas. (FRANCO, 1999, p. 85)

O contador precisa saber que para obter uma boa remuneração é preciso atender seus clientes com qualidade e sem equívocos, para isso é preciso muita dedicação e conhecimento.

Segundo Sá (2007, p. 154), “O contador que possui conhecimentos melhores em administração, economia, direito, sociologia, matemática e lógica esta

muito mais credenciado ao sucesso que aquele que se limita apenas ao conhecimento contábil”.

Iudícibus e Marion (2002) reforçam dizendo que para o contador poder se beneficiar como profissional e cidadão, ele deve ser manter atualizado, não apenas com as novidades referentes à sua profissão, mas interessar-se pelos assuntos econômicos, sociais e políticos que influenciam este cenário.

Observa-se que a contabilidade é uma ciência que se correlaciona com diversas outras, entre elas, administração e direito são as principais. Desde a abertura até as suas movimentações mensais, a empresa é submetida a diversas leis e em todos os âmbitos, municipais, estaduais e federais, o que mostra a importância do profissional contábil estar atento às constantes alterações relacionadas ao seu exercício.

### **2.2.2 Campos de atuação do profissional da contabilidade**

Como as organizações estão inseridas em um ambiente que está em constante mutação e que exige relatórios dos mais diversos modelos, o campo de atuação do profissional da contabilidade só vem a crescer. Ott (2004) descreve que o vínculo da contabilidade com o ambiente empresarial em que ela está inserida demonstra que ela está subordinada e influenciada pelo mesmo. Na medida em que o ambiente empresarial evolui, a contabilidade acompanha esta evolução, contrariando a ideia de que a contabilidade tem apenas caráter fiscal e legal.

Marion (2005) enfatiza que a contabilidade é uma ciência que pode auxiliar em diversos setores dentro de uma organização, fazendo com que as perspectivas na profissão se tornem excelentes, uma vez que estes são capacitados a atuarem em diversos campos.

Iudícibus (2006, p. 46) enfatiza que “do ponto de vista puramente financeiro, em termos de mercados de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes”.

“O Profissional Contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado e objetivos bem claros de onde ele quer chegar” (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 27).

Pode-se observar que o contador possui uma vasta área de atuação, nas empresas, como autônomo, no ensino, em órgãos públicos e diversos outros setores, o que o torna uma profissão muito requisitada na sociedade.

Para Marion (2005), a profissão contábil é uma das áreas de maior crescimento e que mais proporciona oportunidades para o profissional. O quadro 2 demonstra os ramos de atuação do profissional da contabilidade elaborado por Marion.

Quadro 2: Ramos de Atuação do Profissional Contábil

<p><b>NA EMPRESA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analista Financeiro;</li> <li>• Contador Geral;</li> <li>• Planejador Tributário;</li> <li>• Contador de Custos;</li> <li>• Contador Gerencial;</li> <li>• Atuário;</li> <li>• Auditor Interno;</li> <li>• Cargos Administrativos.</li> </ul>	<p><b>AUTÔNOMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresário Contábil;</li> <li>• Perito Contábil;</li> <li>• Auditor Independente;</li> <li>• Investigador de Fraude;</li> <li>• Consultor.</li> </ul>
<p><b>ÓRGÃO PÚBLICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditor do Tribunal de Contas;</li> <li>• Auditor do Banco Central do Brasil;</li> <li>• Oficial Contador;</li> <li>• Contador Público;</li> <li>• Agente Fiscal de Renda.</li> </ul>	<p><b>NO ENSINO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor;</li> <li>• Escritor;</li> <li>• Pesquisador;</li> <li>• Parecerista;</li> <li>• Conferencista.</li> </ul>

Fonte: MARION (2005)

Observa-se no quadro que o profissional pode trabalhar de forma autônoma, inserido numa organização privada ou pública e até mesmo na rede de ensino.

Figueiredo e Fabri (2000) destacam que o profissional autônomo deve ter algumas características pessoais, tais como empreendedorismo, ética e liderança. Esse tipo de profissional deve buscar atualização nas mais diversas áreas, uma vez que ele deverá atender os mais variados tipos de clientes.

Já para os profissionais contratados por empresas privadas ou públicas, as principais características são auxiliar a administração, principalmente na tomada de decisão, prestar informações aos usuários e atender as exigências do fisco.

A seguir será apresentado alguns campos de atuação do profissional contábil.

#### 2.2.2.1 Controladoria

A finalidade da controladoria é ter um controle dos setores da empresa, afim de monitorar e garantir para que seja atingida as metas impostas pelos gestores.

Neste sentido, Schmidt (2002, p. 23) salienta que,

a controladoria tem a função de coordenar os esforços dos gestores no sentido de garantir o cumprimento da missão da empresa e assegurar sua continuidade, gerando informações relevantes, fidedignas e tempestivas para a tomada de decisões dos gestores, ou seja, prover informações que induzam um resultado global sinérgico na busca da eficácia empresarial e garantir sua sobrevivência.

De acordo com Britto (2003, p. 22), o *controller* tem “o dever de projetar, programar, coordenar e manter um sistema de informações que possa atender a forma adequada as necessidades informativas do processo de planejamento e controle da empresa.”

Assim, a controladoria possui a função de fornecer aos gestores informações que demonstrem a situação da empresa, para que sejam tomadas as devidas decisões.

#### 2.2.2.2 Professor

Outro campo de atuação do profissional contábil é o de professor do ensino superior. Para isso, o profissional precisa dominar tanto a área específica do conteúdo, como também possuir a competência pedagógica para assumir o exercício da docência.

Diante disso, Hernandez, Peleias e Barbalho (2006) afirmam que os docentes devem estar capacitados didaticamente para transmitir de forma clara e

dinâmica seu conteúdo, pois deste modo o interesse dos acadêmicos em suas aulas com certeza permanecerá.

Nesse sentido, o profissional não deve se limitar a apenas repassar o conteúdo programado, é preciso que a forma de transmissão siga uma metodologia que faça com que o acadêmico se interesse pelo assunto.

### 2.2.2.3 Auditor

A auditoria é classificada em dois tipos: interna e externa. Na auditoria interna, o profissional possui vínculo com a entidade.

Auditor interno é pessoa de confiança dos dirigentes; está vinculado à empresa por contrato trabalhista continuado e sua intervenção é permanente. Sua área de atuação envolve todas as atividades da empresa; predominam a verificação constante dos controles internos, a manipulação de valores e a execução de rotinas administrativas, o objetivo da auditoria interna é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de sua função e responsabilidade, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas. (CREPALDI, 2000, p. 41)

Portando, o auditor interno é um profissional de confiança dos gestores, com vínculo empregatício e que atua em todas as áreas da empresa, examinando a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis e operacionais da entidade.

A auditoria externa, segundo Jund (2001, p. 98)

é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo emprego com a entidade auditada que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual. Atentando ao fim a que se destina, o auditor independente poderá realizá-las com seus próprios métodos e conveniências, desde que obedeça às normas usuais de auditoria e obtenha os elementos de convicção com os quais possa dar parecer sobre a matéria examinada.

O auditor externo é um profissional independente, sem ligação com o quadro de funcionários, responsável por examinar os setores da empresa conforme o serviço contratado, e possui o objetivo de emitir um parecer sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.



Conclui-se que uma das diferenças entre a auditoria interna e externa se dá em relação ao grau de independência do profissional. Enquanto o auditor interno é subordinado à empresa, os auditores externos possuem plena independência para expressar sua opinião desde que respeitem o contrato de prestação de serviço firmado com esta. Outra diferença que pode ser mencionada é em relação ao período dos serviços, na auditoria interna o trabalho é periódico, já na auditoria externa ele é feito eventualmente.

#### 2.2.2.4 Perito contábil

A perícia é uma área da contabilidade de extrema importância pois visa solucionar problemas de aspectos patrimoniais de difícil interpretação para leigos.

Para Hoog (2005, p. 43-44), pode-se conceituar a perícia como:

Um serviço especializado, com bases científicas, contábeis, fiscais e societárias, à qual se exige formação de nível superior, e deslinda questões judiciais e extrajudiciais. É utilizada como elemento de prova, ou reveladora da verdade em assuntos fisco-contábeis e tem por finalidade a demonstração de um fato ou ato, a qual deve ser efetuada com o maior rigor possível e embasada na mais pura e genuína expressão da verdade.

Conforme Sá (2008, p. 8) “o perito precisa ser um profissional habilitado, legal, cultural e intelectualmente, e exercer virtudes morais e éticas com total compromisso com a verdade”.

Portanto, o perito é aquele profissional contábil que de acordo com sua formação e capacidade técnica está habilitado para emitir sua opinião diante dos problemas propostos.

#### 2.2.2.5 Contador público

A contabilidade pública é outro ramo pelo qual o contador pode atuar. Na área pública, os serviços do contador precisam ser organizados de forma transparente para um melhor acompanhamento do orçamento da entidade.

Lima e Castro (2000, p. 16) destacam que a contabilidade pública,

é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública, e, como ramo da Contabilidade, oferecer à sociedade, de maneira transparente e acessível, o conhecimento amplo sobre a gestão da coisa pública.

Kohama (1996, p.50) diz que a contabilidade pública tem por objetivo “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público.”

Desta forma, conclui-se que o ramo da contabilidade pública também pode fazer parte do currículo do contador e que o mercado de trabalho para o contador está muito amplo, um dos melhores entre os profissionais liberais, isso em virtude das mudanças no mercado, surgindo novos negócios e novos campos de trabalho.

## 2.3 A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Como a contabilidade é um trabalho que requer tempo e conhecimento para analisar as áreas fiscais, tributárias e trabalhistas, muitas empresas terceirizam esse tipo de serviço pelo fato de que não se torna viável contratar um profissional para manter uma estrutura contábil dentro da organização.

Por essa razão é vantagem contratar um escritório de contabilidade, ou seja, uma organização contábil que presta esse tipo de serviço. Ela fica responsável em elaborar os relatórios gerenciais, calcular os tributos devidos, solucionar problemas da área trabalhista entre outras questões relativas à área empresarial.

Para Ferreira (1988, p. 469) “organização dentre outros conceitos significa ato ou efeito de organizar-se, associação ou instituição com objetivos definidos. E contábil significa algo que faz menção à ciência da contabilidade”.

Portanto, uma organização contábil é uma empresa que tem como objetivo prestar serviços contábeis para outras empresas.

### 2.3.1 Aspectos legais

Conforme o art. 1º da Resolução CFC nº 1.390/2012 “as Organizações Contábeis que exploram serviços contábeis são obrigadas a obter o registro

cadastral no Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição da sua sede, sem o que não poderão iniciar suas atividades.”

De acordo com o art. 2º da Resolução CFC nº 1.390/2012,

O Registro Cadastral compreenderá as seguintes categorias:

§ 1º De Responsabilidade Individual:

I - do Escritório Individual;

II - do Microempreendedor Individual;

III - do Empresário Individual; e

IV - da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

§ 2º De Responsabilidade Coletiva:

I - da Sociedade Simples Pura Limitada ou Ilimitada; e

II - da Sociedade Empresária Limitada.

Os escritórios podem ser inscritos como escritório individual ou como organizações contábeis (pessoas jurídicas), independentemente do número de empresas que serão seus clientes.

De acordo com Gatti (2000, p. 6) as empresas de serviços contábeis apresentam dois segmentos:

a) escritórios individuais: estes escritórios ou organizações têm como responsável um contador ou um técnico em contabilidade que explora a atividade contábil. No momento que estes profissionais contratarem funcionários para trabalharem em seus escritórios passam a ser empregadores e, conseqüentemente, se equiparam a pessoas jurídicas, deixando de ser autônomos;

b) pessoas jurídicas: quando dois ou mais profissionais (contador ou técnico em contabilidade) se unem para executarem as atividades contábeis, constituindo uma sociedade, cujo tipo jurídico poderá ser, em regra, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou em nome coletivo. As organizações poderão iniciar suas atividades somente após obtido o registro cadastral no Conselho Regional de sua jurisdição.

Thomé (2001, p. 17) ressalta que do ponto de vista tributário o escritório individual terá desvantagens em comparação a sociedade civil, no escritório individual o imposto de renda é retido na fonte (15% ou 27,5%), pois recai em nome da pessoa física do proprietário, além do cliente do escritório individual ser obrigado a recolher ao INSS 20% sobre os honorários pagos ao escritório individual, se tornando difícil competir com empresas contábeis.

O autor acima frisa que outra vantagem dos escritórios contábeis perante o escritório individual é a questão do status, ou seja, o cliente acredita que a condição de empresa lhe dará maior segurança na tomada de decisão.

### 2.3.2 Serviços prestados

O profissional contábil presta serviços para pessoas físicas e jurídicas que atuam nos mais diversos ramos de atividade econômica, o que torna seus serviços cada vez mais diversificados. Atualmente é uma das profissões que mais se destaca no mercado, proporcionando aos profissionais boa oportunidade de crescimento.

Para Thomé (2001), os serviços contábeis não se limitam apenas à área tributária, mas também auxiliam a entidade como um todo, prestando serviços de: consultoria; escrituração contábil; administração de pessoal; escrituração fiscal; expediente (ou serviços comerciais); auditoria, perícia e assessoria, entre outros.

Na opinião de Faveri (2001), as principais áreas de atuação são as seguintes: contabilidade fiscal; pública; de custos; gerencial; auditoria; perícia contábil; contabilidade financeira; análise econômico-financeira e avaliação de projetos.

Observa-se que existe uma gama de oportunidades para a área contábil, além disso, o contador nos olhos dos gestores se torna uma peça importante para a gestão de uma empresa, o que faz com que suas responsabilidades e seus conhecimentos sejam colocados em prática diariamente.

Além dos conhecimentos técnicos essenciais, o contador da atualidade precisa também desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração, criando um balanceamento entre a formação teórica e a experiência prática. Do exposto, depreende-se que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes inerentes ao profissional contábil têm sido, de fato, afetados pelas alterações ocorridas no ambiente de negócios. Além disso, observa-se que as características apontadas como relevantes têm em comum o fato de que estão relacionadas às expectativas de que o contador esteja apto a participar da gestão da entidade, comunicando suas ideias e interagindo com as demais áreas organizacionais, não apenas descobrindo problemas, mas contribuindo para a sua solução. (PIRES; OTT; DAMACENA, 2009, p.6).

Conclui-se então que o contador acompanhou as mudanças no mundo dos negócios, passando a ser um empresário com constante preocupação em prestar seus serviços com qualidade e passou a ser visto como um parceiro dos seus clientes.

### 2.3.2.1 Escrituração fiscal

A escrituração fiscal, assim como o departamento pessoal possui prazos de recolhimento a serem cumpridos, tornando-os um serviço sob pressão. Segundo Thomé (2001), as principais atividades desse setor são a escrituração dos documentos fiscais, apuração dos impostos e contribuições e o fornecimento das informações fiscais obrigatórias.

O sistema tributário no Brasil é gerido pelo CTN – Código Tributário Nacional, que regulamenta a aplicabilidade dos tributos, a extensão, os direitos e os deveres dos contribuintes, a atuação dos agentes fiscalizadores e demais normas que dizem respeito aos tributos conforme o art. 1º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no artigo 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

A CF/88 por meio do seu Art. 145 classificou os tributos em: impostos, taxas e contribuição de melhoria. Como a legislação fiscal no Brasil é uma das mais complexas do mundo, o profissional precisa dominar diversas legislações para trabalhar nessa área, tais como: a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado, a legislação sobre o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) do município, a legislação do Simples, do Lucro Presumido, do PIS e da Cofins e do Lucro Real.

Como pode ser observado, trata-se de uma lista extensa de impostos e cada um possui suas particularidades, devendo ser respeitada conforme a legislação vigente. A escrituração dos documentos fiscais é realizada de forma rotineira, respeitando seus devidos prazos, porém o profissional deve estar sempre atento para não cometer equívocos e conseqüentemente gerar algum débito ao seu cliente.

A apuração dos impostos e contribuições a recolher geralmente é fornecida automaticamente pelo programa utilizado pela escrituração dos livros,

desde que o profissional alimente o sistema corretamente com os dados necessários.

### 2.3.2.2 Escrituração contábil

A escrituração contábil é o processo de registro das operações onde envolvem recursos financeiros, bens, direitos e obrigações de uma empresa. Conforme Fortes (2005), “é materializada por meio da execução dos serviços de escrituração de todos os livros e produção dos demonstrativos e relatórios contábeis vinculados à movimentação financeira no campo fiscal e contábil”.

Essa escrituração contábil, conforme o Decreto-Lei nº 9.295/46 é uma obrigação dos profissionais de contabilidade, não importando o porte ou o regime de tributação da empresa.

No Brasil, salvo exceções, a imagem do contador sempre esteve associada ao pagamento de impostos, no entanto é a contabilidade da empresa, por meio de suas demonstrações contábeis que direciona o gestor mostrando como está se comportando a organização, qual a rentabilidade, o grau de endividamento, o comportamento das contas a pagar e a receber, podendo então antecipar suas alternativas se caso a empresa não esteja caminhando conforme o previsto.

Segundo o art. 1.179, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/02, todo empresário ou sociedade empresária está obrigado a adotar e a seguir um sistema de contabilidade, portanto cabe ao contador na posição de contratado atender a todas as exigências da lei.

Segundo Thomé (2001), os principais serviços prestados pelo departamento de contabilidade são: “escrituração contábil, conciliação de contas, demonstrações financeiras, declarações fiscais, contabilidade gerencial, arquivo magnético e arquivo de documentos.”

Quanto mais correto e transparente for a contabilidade de uma entidade, mais fácil será de detectar os problemas e escolher as melhores alternativas.

Para as empresas enquadradas no Simples Nacional a lei 123/06 no seu Art. 27 permite que essa escrituração contábil seja de forma simplificada. “As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional

poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.”

A NBC TG 1000 (Resolução CFC nº 1.255/09) é a norma regulamentadora da contabilidade para as pequenas e médias empresas (PMEs), ela define que a pequena e média empresa, desde que não esteja enquadrada na lei 11.638/07 como sociedade de grande porte, não terá obrigação pública de prestação de contas.

Conforme a NBC TG 1000, na seção 2.2:

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Na maioria das vezes as MPEs produzem informações contábeis apenas para atender determinados usuários, como os administradores, bancos, fornecedores e para apuração dos impostos. Demonstrações contábeis com esse propósito não servem como demonstrações contábeis para fins gerais, portanto dispensou esses tipos de empresas de manterem uma contabilidade completa.

Portanto, em vez de as micro e pequenas empresas realizar a contabilidade de forma completa, elas podem ter um sistema contábil menos complexo, de maior praticidade em termos operacionais.

### 2.3.2.3 Administração de pessoal

O empresário contábil deve dedicar uma atenção especial ao departamento pessoal da empresa e se os seus serviços estão sendo prestados de forma correta, isto servirá de conceito para que os clientes gostem ou não dos serviços que estão sendo contratados.

Ao contrário dos outros setores da contabilidade, os serviços prestados pelo setor pessoal são detectados rapidamente pelos seus clientes. Um erro na folha de pagamento por exemplo, mesmo que insignificante certamente será detectado pelo empregador ou pelo empregado. Outro fator que exige atenção dos profissionais são os acordos e dissídios coletivos que impõem uma quantidade de

obrigações extras aos empregadores, e para cada ramo de atividade possui um sindicato diferente.

Se as falhas se tornarem frequentes, fará com que o cliente se preocupe não apenas com o setor pessoal, mas com os outros serviços prestados pela contabilidade. Esse é um dos motivos que faz com que se tenha uma preocupação não apenas com o setor pessoal, mas em todos os setores de uma organização contábil.

Os serviços do departamento pessoal podem ser divididos em quatro etapas: a primeira na admissão do funcionário; a permanência do vínculo empregatício; o desligamento com a empresa; e por último a elaboração dos relatórios e informações que são impostas pelas leis trabalhistas.

#### 2.3.2.4 Consultoria

A consultoria, como está em constante desenvolvimento em nosso país, não se limita apenas a parte contábil e financeira. Nos últimos tempos houve um grande avanço na área tributária (ICMS, IPI, PIS, COFINS), processamento de dados, comércio exterior.

Marion (1998) afirma que “a consultoria, em franco desenvolvimento em nosso país, não se restringe especificamente à parte contábil e financeira, mas também houve um grande avanço da profissão na área fiscal”.

O consultor é um profissional que orienta outros a realizarem seu trabalho, tomarem suas decisões. Sem estar vinculado permanentemente ao processo de trabalho específico, é convocado a estudar questões, analisar problemas, fazer avaliações, opinar, sugerir, para que outros levem o trabalho a diante, atuando como executores ou como líderes. O consultor não toma decisões no lugar do empresário, não assume papéis executivos, embora muitas vezes o cliente queira que ele o faça. (ROSA; OLINQUEVICH, 2008, p. 1)

Desta forma, fica evidente de que o contador especializado na área de consultoria tenha que ter um conhecimento elevado sobre contabilidade pois terá que interagir com os clientes que necessitam de auxílio onde geralmente irá tratar de assuntos de grande complexidade e em diversos ramos, como contábil, financeiro, gerencial, fiscal entre outros.



### 2.3.2.5 Constituição de Empresa

Este departamento é responsável pela legalização de uma nova empresa, pelo cancelamento de uma empresa já existente, por alterações contratuais, pelo registro de livros, pela obtenção de Certidões Negativas de Débitos (CND), entre outros serviços.

Segundo Thomé (2001, p. 71) “Uma de suas características principais é o fato de que os serviços pertinentes a esse setor, em sua maioria não estão incluídos nos honorários mensais”, sendo então orçados e cobrados separadamente por serem serviços esporádicos.

Pelo fato de ser um serviço esporádico, não os torna esse setor menos importante do que os outros da organização contábil, pois o cliente está depositando sua confiança sobre o escritório para a legalização de sua empresa.

Thomé (2001) ressalta que para evitar possíveis desavenças entre os clientes e os escritórios contábeis, duas medidas devem ser tomadas. A primeira é orçar o valor que irá ser cobrado antecipadamente, evitando assim com que o cliente pense que este tipo de serviço está incluso nos honorários; a segunda é deixar claro para os clientes que o prazo para o cumprimento dos serviços depende muito mais dos órgãos do governo do que da própria contabilidade.

## 2.4 EMPRESAS

O termo empresa significa um conjunto de pessoas e recursos organizados para a produção ou circulação de mercadorias ou serviços com o objetivo de obter lucros.

De acordo com Franco (1991), empresa é toda entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma atividade econômica, seja mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços.

Elas podem ser classificadas de acordo com sua atividade desenvolvida e podem ser divididas em três setores: no setor primário, a empresa obtém recursos através da natureza, ou seja, por meio da lavoura, da pesca, da agricultura; no setor secundário, as atividades da empresa são voltadas para a transformação da matéria-prima, como é o caso das indústrias e da construção civil; e por último, o

setor terciário, que são as empresas que se dedicam à prestação de serviços ou ao comércio.

#### **2.4.1 Conceito de empresa**

Uma empresa é a combinação de pessoas, organizadas entre si, que exploram um negócio e participam de um mercado, oferecendo bens ou serviços para a obtenção de lucros.

Segundo Almeida (2003, p. 18), a empresa é “o organismo formado por uma ou várias pessoas com a finalidade de exercitar os atos da manufatura ou circulação de bens ou prestação de serviços”

Martins (2008) afirma que a principal característica da empresa é o fim econômico, fato que justifica a área da economia ser a principal interessada em seu conceito.

Observa-se que empresa é uma atividade de produção toda organizada, visando ao mercado, circulando bens e serviços, com o fito de lucro.

#### **2.4.2 A Pequena e média empresa**

No Brasil, são criado cerca de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais por ano, desse total 99% são micro e pequenas empresas. Elas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no país.

Segundo SEBRAE (2012) as MPEs representam hoje 99% dos empreendimentos formais, 56% da força de trabalho e 43% da massa salarial.

A sobrevivência dessas micro e pequenas empresas é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do país, porém muitos estudos feitos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de uma empresa são os mais complicados porque a empresa ainda não está consolidada no mercado, tornando esse período o mais importante em termos de monitoramento e cuidado em relação a sobrevivência da empresa.

#### 2.4.2.1 A importância das micro e pequenas empresas na economia

As micro e pequenas empresas possuem um importante papel para a economia do país, pois são as maiores geradoras de emprego para a população.

Na década de 80, com a redução do ritmo de crescimento da economia no país, resultando em um crescente índice de desemprego, os pequenos negócios começaram a ser considerados uma alternativa de renda para uma população que tinha condições de desenvolver seu próprio negócio. Esse rumo que a economia brasileira tomou fez com que o governo desenvolvesse algumas medidas para incentivar a abertura das micro e pequenas empresas.

Dentre elas, SEBRAE (2001) cita:

- a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passaram a ter um tratamento diferenciado (Art. 179 do Capítulo da Ordem Econômica);

- a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, com funções mais amplas;

- a criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;

- a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

- a Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa

e da Empresa de Pequeno Porte;

- o estabelecimento de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional.

Por meio da Lei Complementar 139/2011 que altera a legislação da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, no seu art. 3º dispõe, considera-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário no que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente

registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, dependendo do caso, desde que no caso do microempreendedor individual tenha uma receita bruta inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); no caso da microempresa tenha uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e no caso da empresa de pequeno porte, obtenha uma receita bruta maior que R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou menor que R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Além do faturamento, a LC 139/2011 alterou outros dispositivos da LC 123/2006. As principais alterações promovidas são:

- a) Incentivos as empresas exportadoras, com faturamento até R\$ 3.600.000,00 no mercado interno, poderão ter faturamento igual no mercado externo sem correr o risco de serem excluídas do Simples Nacional por ultrapassarem o limite de faturamento permitido;
- b) Simplificação nos processos de abertura, registro, alteração e baixa do MEI;
- c) Facilidade no processo de baixa para a ME e EPP
- d) Parcelamentos dos tributos apurados na forma do Simples Nacional em até sessenta meses
- e) Mudanças na comunicação eletrônica do contribuinte, através da inclusão de certificados digitais. Através desse sistema, as empresas terão acesso as informações da empresa bem como se a mesma for notificada. Esse sistema será regulamentado pelo CGSN.

Reconhecendo o importante papel dessas empresas na economia do país e do mundo, o governo brasileiro trabalha para incentivar a desburocratização quando se trata de MPEs, porém nos dias atuais a formalização de uma empresa é muito complexa, não se concretizando em menos de 30 dias.

Para Whiteley (2002) as micro, pequenas e médias empresas em economias de países em desenvolvimento, compõem uma das mais importantes forças capaz de moldar a economia do país.

A economia no mundo se consolida com a participação efetiva das micro e pequenas empresas, pois elas detém uma enorme fatia no mercado. Alguns anos atrás as empresas de pequeno porte eram vistas como uma mera geração de empregos sendo praticamente irrelevantes para a economia nacional. Nos dias atuais existe uma nova visão de micro e pequena empresa, de opção passa a ser

uma necessidade para o governo, transformando-se em um instrumento completo de desenvolvimento.

Em uma época globalizada onde vive-se, com o avanço da tecnologia, da comunicação, a forte concorrência nos preços, o sistema de distribuição em expansão tanto nacional como internacional, a empresa de pequeno porte que está fragilizada enfrenta um enorme risco de sumir no mercado. O único recurso que a empresa possui para se manter na atividade e superar suas desvantagens é ter uma administração capaz.

Conforme destaca Gomes (2004) uma característica importante desse tipo de empresa é que o proprietário é o principal dirigente da empresa. Na maioria dos casos, estas empresas são familiares, onde trabalham membros de uma mesma família e que na maioria das vezes não tem acesso a técnicas atualizadas de administração e planejamento financeiro. Outra característica é que o capital dessas empresas é constituído basicamente por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e sua área de operações é geralmente local.

Nas pequenas empresas os gerentes são os próprios proprietários, o recurso da empresa provém de uma única pessoa ou de alguns sócios, sua área de atuação geralmente é local, possui uma fábrica e um escritório e a contabilidade é terceirizada, ou seja, possui pouca estrutura para acompanhar a evolução do mercado.

São diversos os benefícios que as micro e pequenas empresas trazem para a economia do país, a criação de postos de trabalhos, a arrecadação dos impostos, a diversificação dos produtos vendidos e dos serviços prestados aos consumidores.

Segundo dados do SEBRAE (2011), as MPEs representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos do país e fazem parte de 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais do país.

O SEBRAE (2011) acrescenta ainda que a maior parte das MPEs estão localizadas na região sudeste do país e o setor preferencial é o comércio, seguido do serviço, indústria e construção como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de micro e pequenas empresas por setor de atividade econômica Brasil – 2010 (em números absolutos).

<b>Brasil</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviço</b>	<b>Total</b>
<b>MPEs</b>	657.026	273.080	3.154.031	2.036.790	6.120.927

Fonte: MTE Rais, adaptado de DIEESE. SEBRAE (2011)

O SEBRAE em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) fez um estudo sobre o trabalho nas micro e pequenas empresas entre os anos 2000 a 2011, os dados mostram que as MPEs foram geradoras de 7 milhões de novos empregos com carteira assinada no período, consolidando-se como as maiores geradoras de empregos formais.

São 15,6 milhões de postos de trabalho, fazendo com que 52% da mão de obra do país se concentrem nas micro e pequenas empresas, havendo um crescimento de 81% no período.

### **2.4.3 Formas de tributação**

No Brasil, com a legislação vigente, as pessoas jurídicas podem ser tributadas por opções diferentes, seja por um planejamento tributário, ou para facilitar a organização operacional por exemplo. Atualmente, são quatro tipos de tributação vigentes no país: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional, nos quais cada uma possui suas peculiaridades e limitações, que devem ser estudadas no período de abertura da empresa e revisadas ao longo dos anos.

Como a legislação não permite a mudança de tributação durante o ano-calendário, ela será definitiva, se ela for equivocada, terá efeito para o ano todo podendo levar a empresa a ter prejuízos.

#### **2.4.3.1 Lucro real**

Algumas empresas estão obrigadas à optarem pela forma de tributação através do Lucro Real. O Art. 14, Lei 9.718/98 diz que estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

- I - cuja receita total, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;
- II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;
- VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring)
- VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

O Lucro Real, de acordo com a legislação do imposto de renda, significa o próprio lucro tributável, diferenciando-se então do lucro líquido apurado contabilmente, o que o torna então um conceito fiscal e não um conceito econômico.

No conceito econômico, o lucro da empresa é o resultado positivo entre a soma das receitas de vendas ou de serviços deduzidos das devoluções, dos tributos e dos custos e despesas operacionais. No entanto, se o referido resultado for negativo, considera-se então um prejuízo operacional. A esse lucro ou prejuízo operacional, deve-se ser adicionado as receitas ou despesas não-operacionais, conforme venha a acontecer durante o período, determinando-se então o lucro antes do IRPJ e CSLL que servirá de base de cálculo para os mesmos. Diminuindo então as parcelas a título de IRPJ e CSLL, 15% e 9% respectivamente, obtém-se o lucro líquido do exercício.

Lucro Real é o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Os ajustes do lucro líquido do período de apuração e a demonstração da apuração do lucro real devem ser transcritos no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur). (OLIVEIRA, 2003, p. 174)

Segundo Rodrigues et al (2009, p.33) o “Lucro Real é a forma completa de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

direcionada a todas as pessoas jurídicas quer por obrigatoriedade prevista na legislação vigente quer por livre opção.”

Portanto, Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. (art. 247 do RIR/1999)

Determinado o lucro real, observando as adições, exclusões já citados, a pessoa jurídica poderá optar em pagar o IRPJ e CSLL a pagar de duas maneiras: Real Trimestral ou Real Anual.

Essa forma de tributação pode ser vantajosa para empresas que possuem despesas elevadas, pois diminui as margens de lucro e conseqüentemente a carga tributária.

#### 2.4.3.2 Lucro presumido

O lucro Presumido é uma forma simplificada de apuração do IRPJ e CSLL devido pelas empresas. A característica principal dessa forma de tributação é a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, onde presume-se que o resultado deste seria o lucro da entidade.

Pêgas (2003, p. 251) reforça dizendo que o lucro presumido é “a forma de tributação que tem por objeto calcular o imposto de renda e a contribuição social através de uma base estimada, utilizando apenas as receitas da empresa, ao contrário do Lucro Real, onde o cálculo é feito com base no resultado (receitas menos despesas)”

Nesta forma de tributação nota-se que não é necessário apurar o lucro da empresas para verificar o montante de tributo devido, já que é utilizado apenas a receita para a apuração. Esta modalidade, menos complexa que o Lucro Real, não desobriga as entidades a realizarem a escrituração contábil de acordo com as leis vigentes.

Conforme o Art. 14, Lei 9.718/98 citado anteriormente no item 2.4.3.1, as pessoas jurídicas que estão enquadradas nessa lei estão impedidas de optarem pelo lucro presumido, sendo então obrigadas a optarem pelo lucro presumido.



O lucro presumido é oriundo de estudo feito pela equipe do governo federal, estudando margem de lucro das empresas para as diversas atividades. Com base nos dados coletados, o governo fixa um percentual que, aplicado sobre o faturamento, fornece o lucro presumido para fins de cálculo de CSLL e IRPJ. (SILVA, 2007, p. 315)

A base de cálculo do lucro presumido será determinada aplicando-se um percentual de acordo com o ramo de atividade da empresa sobre a receita bruta auferida no trimestre. Os percentuais, segundo Higuchi e Higuchi (2010, p. 49), são:

- I – 1,6 na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
- II – 8% na venda de mercadorias e produtos;
- III – 8% na prestação de serviços de transporte de cargas;
- IV – 8% na prestação de serviços hospitalares;
- V – 8% na venda de imóveis das empresas com esse objeto social;
- VI – 8% nas indústrias gráficas;
- VII – 8% na construção civil por empreitada com emprego de materiais;
- VIII - 16% na prestação de serviços de transportes, exceto de cargas;
- IX - 16% na prestação de serviços em geral das pessoas jurídicas com receita bruta anual de até R\$ 120.000, exceto serviços hospitalares, de transportes e de profissões regulamentadas;
- X - 32% na prestação de demais serviços não incluídos nos incisos anteriores.

Conforme o Art. 25 da Lei 9.430/96, sobre esse resultado, deve ser acrescido outras receitas, rendimentos e ganhos de capital. Assim, os rendimentos e ganhos líquidos adquiridos em aplicações financeiras também compõem a base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL e não serão multiplicados pelo percentual de presunção, pois seus valores já servem de base de cálculo.

Rodrigues (2008, p. 301) menciona quais são as receitas ou resultados e ganhos de capital:

- a) rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e ganhos líquidos de operações financeiras de renda variável;
- b) juros remuneratórios de capital próprio que houverem sido pagos ou creditados por outra pessoa jurídica da qual a empresa seja sócia ou acionista;
- c) juros, calculados pela taxa Selic, incidentes sobre impostos e contribuições pagos indevidamente ou a maior que o devido, a serem restituídos ou compensados;
- d) rendimentos obtidos nas operações de mútuo entre pessoas jurídicas controladoras e controladas, coligadas ou interligadas;
- e) ganhos de capital (lucros) na alienação de bens do ativo permanente, inclusive os obtidos [...];
- f) valores recuperados, correspondentes a custos e despesas, inclusive perdas no recebimento de crédito, salvo se a empresa puder comprovar [...];
- g) demais receitas ou resultados percebidos [...];

O IRPJ é calculado trimestralmente conforme menciona o art. 1.º da Lei 9.430/96.

a partir do ano-calendário de 1997, o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado com base no lucro real, presumido, ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Conforme o art. 3.º da Lei 9.249/95 o percentual aplicado sobre a base de cálculo para o IRPJ é de 15% (quinze por cento), a parcela que exceder a multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do período apurado será sujeita a um adicional de 10% sobre o IRPJ.

A CSLL para as empresas optantes pelo lucro presumido obedece as mesmas regras do IRPJ, a diferença está nos percentuais utilizados para a base de cálculo.

O percentual utilizado para a base de cálculo é de:

12% - da receita bruta nas atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte;

32% - Para:

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de transporte;

b) intermediação de negócios;

c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

É o que demonstra o art. 20, da Lei 9.249/95.

A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os arts. 27 e 29 a 34 da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário, exceto para as pessoas jurídicas que exerçam as atividades a que se refere o inciso III do § 1º do art. 15, cujo percentual corresponderá a trinta e dois por cento. (BRASIL, 1995, p. 20)

A alíquota da CSLL é de 9%, diferentemente do IRPJ, a CSLL não possui adicional, independentemente da base de cálculo encontrada.

Observa-se que esse sistema se torna vantajoso para as empresas que possuem elevadas margens de lucro durante o período de apuração, pois pagará o IRPJ e a CSLL apenas sobre o lucro que o governo presumiu para o determinado tipo de atividade.

#### 2.4.3.3 Lucro arbitrado

O arbitramento do lucro é uma forma de sanção para a apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL utilizada pelo fisco, mas que também pode ser adotada pelo próprio contribuinte.

É aplicado pela autoridade tributária quando o contribuinte deixa de cumprir com suas obrigações acessórias enquanto ainda é optante pelo lucro real ou presumido. São exemplos de obrigações acessórias: livro diário, razão, escrituração do inventário.

Ocorrendo quaisquer hipóteses que acarretem o arbitramento do lucro, o mesmo poderá ser:

I) aplicado pela autoridade fiscal, em qualquer dos casos previstos na legislação do imposto de renda (RIR/99, artigo 530).

II) adotado pelo próprio contribuinte, quando conhecida a sua receita bruta (RIR/99, artigo 531)

Nessa modalidade, a tributação deve ser efetuada trimestralmente, nos trimestres em que o contribuinte não estiver submetido ao arbitramento, ele deverá calcular o IRPJ e a CSLL com base no lucro real ou presumido, desde que atenda as exigências das leis comerciais e fiscais.

Segundo o (RIR/99 art. 530) o imposto de renda será devido com base no lucro arbitrado quando:

I) a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para:

a) identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou

b) determinar o lucro real;

II) o contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou deixar de apresentar o Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária, quando optar pelo lucro presumido e não mantiver escrituração contábil regular;

III) o contribuinte optar indevidamente pelo lucro presumido;

IV) o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente, residente ou domiciliado no exterior;

V) o contribuinte não manter, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizadas para resumir, totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário;

VI) o contribuinte não manter escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal, nos casos em que o mesmo se encontre obrigado ao lucro real.

Está definido na Lei 9.249/95, em seu art. 16 que “o lucro arbitrado das pessoas jurídicas será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, quando conhecida, dos percentuais fixados no art. 15, acrescidos de vinte por cento.”

Abaixo segue os percentuais já calculados conforme o art. 15 mencionado anteriormente:

- 9,6% - venda de mercadorias e produtos;
- 1,92% - revenda, para consumo, de combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
- 19,2% - prestação de serviços de transportes, exceto o de carga que é de 9,6%;
- 38,4% - prestação dos demais serviços.

Esta forma de tributação é muito parecida com o Lucro Presumido, o que difere são as elevadas alíquotas para encontrar a base de cálculo do IRPJ e CSLL.

#### 2.4.3.4 Simples nacional

Com a aprovação da Lei Complementar nº 123/2006, a partir de 01/01/2007 entra em vigor um novo sistema tributário no país, conhecido como Simples Nacional. Trata-se de um regime tributário diferenciado, simplificado e que é

aplicado as MPE mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. (Lei Complementar 123/2006, art. 1º)

Tal regime de tributação extinguiu o até então Simples Federal (Lei 9.317/1996), que foi revogado a partir da data em que entrou em vigor a nova lei.

Até 31/12/2011 o Art 3º da Lei Complementar 123/2006 aplicava os seguintes limites de faturamento a fim de enquadramento no Simples Nacional:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) a igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Com a Lei Complementar 139/2011, através do seu Art. 3º elevaram-se os limites de faturamento para as MPE da seguinte forma:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Conforme parágrafo 4º, Art 3º da LC 123/2006, não poderá se beneficiar do tratamento diferenciado a pessoa jurídica que:

- I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

De acordo com o Art.13º da Lei 123/2006 o Simples Nacional abrange os seguintes impostos e contribuições:

- I- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
- II- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- III- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- IV- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- V- Contribuição para o PIS;
- VI- Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica;
- VII- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- VIII- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Com isso, nota-se que a grande diferença entre o Simples Nacional e o extinto Simples Federal foi a inclusão de dois impostos na guia unificada, o ICMS no âmbito estadual e o ISS no âmbito municipal, já que o antigo regime atendia apenas aos impostos federais.

Em resumo, no Simples Nacional os tributos e contribuições serão calculados de acordo com uma tabela progressiva e recolhidos em uma única guia

denominada DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Dentre os inúmeros benefícios que a Lei 123/2006 os concede já mencionados, pode-se citar ainda: isenção de impostos nas exportações, desconto nos tributos pagos por Substituição Tributária – ST e ISS retido na fonte além de reduzir as obrigações acessórias exigidas.

Com essas vantagens, o Simples se torna útil para as MPE's onde na maioria das vezes o próprio empresário é o responsável pela área administrativa, das contas a pagar e receber – evitando assim a necessidade de visitas frequentes ao contador e ao banco, limitando-as a uma por mês.

## 2.5 A CONTABILIDADE GERENCIAL

O objetivo da contabilidade gerencial é fornecer as informações necessárias para a tomada de decisão dos administradores e dos gestores, ou seja, as pessoas que tem o poder de decidir o futuro da empresa. Ludícibus (1994, p. 26), destaca que “a contabilidade tem o objetivo de fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

A contabilidade gerencial é um processo de mensuração, análise, interpretação e comunicação das informações contábeis que por sua vez servem de suporte para a administração planejar, controlar e avaliar o funcionamento de uma entidade sem cometer erros que podem prejudicar o negócio. Conforme mencionam Silva, et al (2002), “uma empresa sem Contabilidade é uma empresa sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento.”

Nota-se que a contabilidade gerencial não se limita a apenas produzir informações contábeis para auxiliar na tomada de decisões, ela é um ramo da contabilidade que utiliza vários outros campos sem ser apenas o contábil, como por exemplo, estatística, administração financeira, análise financeira entre outros.

A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na Análise Financeira de Balanços etc. Colocados numa perspectiva [...] e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório. (IUDÍCIBUS, 1998 p. 21).

Pode-se perceber que a contabilidade gerencial é um ramo destinado aos interesses internos da entidade, em especial os gestores que possuem a informação como um recurso estratégico e com a crescente globalização do ambiente atual torna-se uma das ferramentas de maior importância para o futuro de uma entidade.

Porém a maioria das entidades não a utiliza, para Caneca (2009, p. 03) “Os controles mais oferecidos pelos contadores às empresas entrevistadas foram os cálculos de impostos e de folhas de pagamento, enquanto os menos oferecidos foram os de controle financeiro e de estoques”.

Por algumas vezes a contabilidade não é explorada como fonte de informação estratégica, isso porque muitos dos seus usuários não aproveitam ao máximo todas as informações as quais a contabilidade pode oferecer, isso se agrava ainda mais quando se trata em micro e pequenas empresas.

Nas micro e pequenas empresas, as informações contábeis para uma suposta tomada de decisão fica focada apenas para interesses fiscais e legais, e não gerenciais, que seria o correto para uma empresa consolidada.

### **2.5.1 Avaliação e controle do gestor nas MPEs**

Toda empresa que se lança no mercado deveria possuir ao menos um planejamento estratégico. Para cada objetivo ou destino existe vários caminhos que a empresa pode traçar para chegar ao resultado desejado, estes caminhos são as estratégias.

Segundo Raza (2008) o planejamento é uma das tarefas mais importantes das empresas, é com base nele que se realiza uma gestão competente, eficiente e eficaz, especialmente quando se trata de atividades financeiras, onde o grau de risco aumenta.

Neste contexto a estratégia precisa de um monitoramento para observar se a entidade está de fato tomando o rumo desejado, porém, um dos erros mais constantes que se cometem nas instituições é o de não dar a devida importância aos



instrumentos de avaliação e controle para o possível monitoramento de todo o processo fabril.

Ainda segundo Raza (2008) o grande vilão das MPEs é a falta de informações, muitos empreendedores resolvem investir em um negócio mesmo sem conhecer todos os outros fatores imprescindíveis ao sucesso do empreendimento, tais como capital de giro, relação entre receitas e despesas, os custos inerentes ao negócio.

Como o cenário atual em que as empresas estão inseridas sofre constantes mudanças, isso faz com que os gestores tomem decisões com agilidade e flexibilidade, principalmente quando se fala em micro e pequenas empresas pois são mais frágeis no mercado. O monitoramento dessas mudanças é um fator que pode ser decisivo para manter-se na frente da concorrência e se tornar líder de mercado, mudanças essas que podem ser das mais variadas áreas: políticas, econômicas, tecnológicas, legislação.

### **2.5.2 A Importância da contabilidade para a gestão das entidades**

A importância da contabilidade está presente nas diversas etapas da gestão de uma empresa, produzindo e registrando as informações que refletem a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. Desta forma pode contribuir como base para planejamentos, controles e avaliações para a entidade.

Para Marion (2006, p.23):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Padoveze (2007, p.150) destaca que “o ponto forte da informação contábil é a mensuração econômica das transações”.

Essas informações, não são direcionadas apenas às tomadas de decisão da administração interna da entidade, elas são úteis a investidores, credores por empréstimos e a outros credores quanto ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem relações como a de comprar, vender e disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito para a entidade.

O objetivo da Contabilidade é fornecer informações úteis aos seus diversos usuários sejam eles gestores, fornecedores, acionistas, governos etc. (IUDÍCIBUS, 2000).

Entretanto, conforme Pires, Costa e Hahn (2004) há casos em que os contadores limitam-se a atender exclusivamente à legislação fiscal.

Desta forma, as informações contábeis permitem que a empresa seja avaliada pelo mercado externo, facilitando assim as transações pois aumenta a confiabilidade entre as partes envolvidas. As informações contidas nas demonstrações fornecem parâmetros para a avaliação da empresa e estreitam as relações entre os usuários externos e internos que podem tomar como base para suas tomadas de decisões.

Com o cenário atual bastante competitivo, os empresários percebem a necessidade de se manter bem informados, porém a realidade mostra que as entidades ainda não utilizam os conhecimentos que a contabilidade pode lhes proporcionar. Atualmente, os controles mais oferecidos pelos escritórios contábeis são os cálculos de impostos e de folhas de pagamento, enquanto o menos oferecido são o de controle financeiro e controle de estoques.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho científico para a realização de um trabalho de conclusão de curso é a parte em que é feita uma descrição minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa.

A metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2003).

A pesquisa é caracterizada como descritiva, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos e material disponibilizado na internet através do qual foi feita uma abordagem da micro e pequena empresa, da contabilidade gerencial, e mostrou a importância da contabilidade para esse tipo de empresa, que na maioria das vezes não a utiliza.

No presente trabalho será feito um levantamento através de amostragem das informações de um grupo referente ao problema abordado em questão. Para a realização da pesquisa será abordado um questionário com questões objetivas e encaminhado aos gestores das micro e pequenas empresas da região de Forquilha, tais empresas serão escolhidas de acordo com a facilidade de contato.

Como este trabalho foi baseado em pesquisas já feitas anteriormente, que abordaram o mesmo problema, foi considerado o número de empresas participantes suficiente para analisar o grau de importância da informação contábil no processo decisório das micro e pequenas empresas.

## **4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM AS EMPRESAS**

Localizada no sul de Santa Catarina, Forquilha é um município colonizado por imigrantes alemães e possui uma população de pouco mais de 23 mil pessoas, sendo 70,3% localizados na área urbana e 20,7% na área rural. Sua economia é baseada principalmente na extração do carvão, indústria, agroindústria, agricultura e comércio.

Forquilha é o maior produtor de arroz da região sul do Brasil, com destaque também para a rizicultura, uma forma de criação de peixes nas granjas de arroz. Na agroindústria, a JBS Alimentos abate 150 mil frangos por dia. Forquilha é um dos municípios que mais crescem na região da AMREC.

### **4.1 APRESENTAÇÃO**

No intuito de alcançar os objetivos do trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória, aplicando-se um questionário destinado aos gestores das MPEs do município de Forquilha.

O questionário compõe-se de dezessete questões onde as cinco primeiras buscavam levantar o perfil das empresas e o restante de cunho pessoal dos gestores sobre a utilização das informações contábeis.

Realizou-se um levantamento das empresas cadastradas na prefeitura do município, onde verificou-se um montante de 990 (novecentas e noventa) empresas, divididas entre 390 (trezentas e noventa) no setor de comércio, 180 (cento e oitenta) no setor da indústria e 420 (quatrocentas e vinte) no setor de serviços.

Procurou-se entrevistar o maior número de empresas possíveis, no entanto obteve-se um total de 40 (quarenta) empresas, divididas entre os três setores, ao qual foi considerado satisfatório para se ter uma amostra da população.

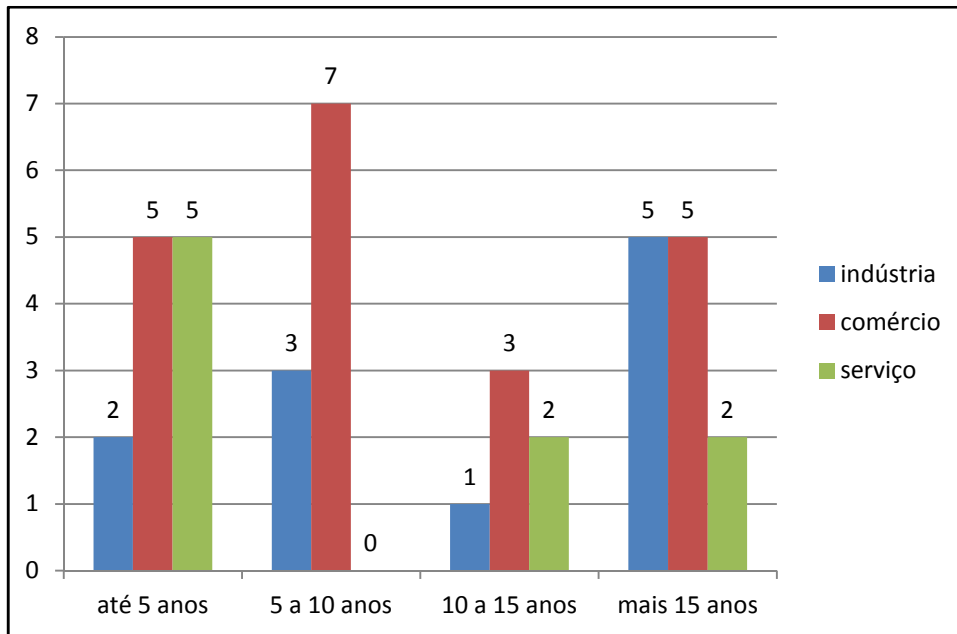
### **4.2 RESULTADO DA PESQUISA**

Distribuiu-se o questionário entre as empresas existentes no município enquadradas como micro e pequenas empresas, conforme o tema abordado na metodologia do trabalho. O resultado dessa pesquisa será apresentado a seguir.

#### 4.2.1 Tempo de operação das empresas

Na primeira questão, buscou-se identificar o tempo de atividade das empresas, afim de se obter uma base no grau de experiência que elas possuíam no mercado. As escalas foram divididas a cada 5 anos de atividade.

Gráfico 1: Tempo de operação das empresas no mercado



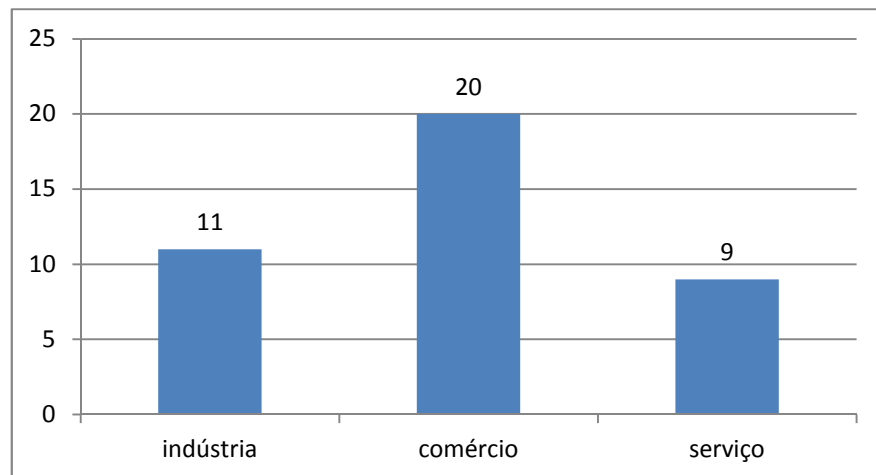
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Percebe-se que existe uma diversificação quanto ao tempo de atuação, sendo que doze destas empresas estão no mercado a menos de cinco anos, com destaque para o setor de serviços com 45% do total. Dez empresas estão no mercado entre cinco a dez anos, se destacando o setor de comércio onde 35% das empresas estão enquadradas nessa faixa. Entre dez a quinze anos foi onde obteve o menor número de empresas enquadradas nessa condição, apenas seis e doze empresas se enquadraram como sendo mais experientes na atividade, sendo que 55% delas eram indústrias.

#### 4.2.2 Setor de atividade

A segunda questão visou conhecer o setor de atuação das empresas no mercado, com o intuito de analisar o seu perfil.

Gráfico 2: Setor de atividade



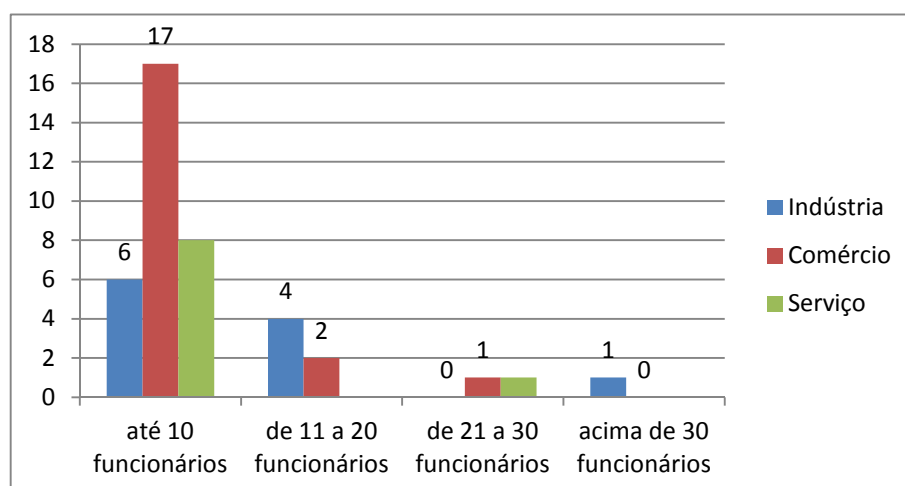
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Pode-se observar que o setor que obteve maior representatividade na pesquisa foi o comércio, com um montante de 50% das empresas entrevistadas seguido pela indústria com 27,5% e pelo serviço com 22,5%.

#### 4.2.3 Número de funcionários

Buscando saber o número de colaboradores das empresas pesquisadas, o resultado dessa variável pode-se visualizar no gráfico 03.

Gráfico 3: Número de funcionários



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

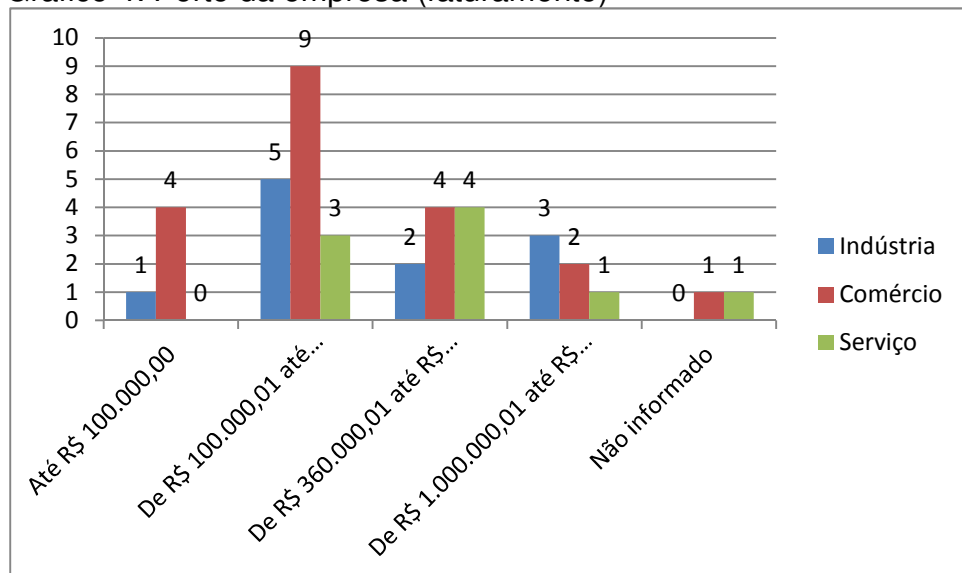
No que se refere ao quadro de funcionários, a pesquisa mostra que as empresas dos três setores se enquadram na primeira faixa, com até 10 funcionários, sendo que o setor que possui maior representatividade é o de serviços com 89%,

seguido do comércio com 85% e das indústrias com 55%, o que mostra que as empresas pesquisadas não possuem muitos funcionários. Na pesquisa em questão, apenas uma empresa do setor da indústria possui mais de 30 funcionários.

#### 4.2.4 Porte da empresa quanto ao faturamento

A presente questão foi direcionada ao faturamento das empresas, critério utilizado pelo governo para definir o porte da empresa. O gráfico 04 apresenta o resultado desta variável:

Gráfico 4: Porte da empresa (faturamento)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

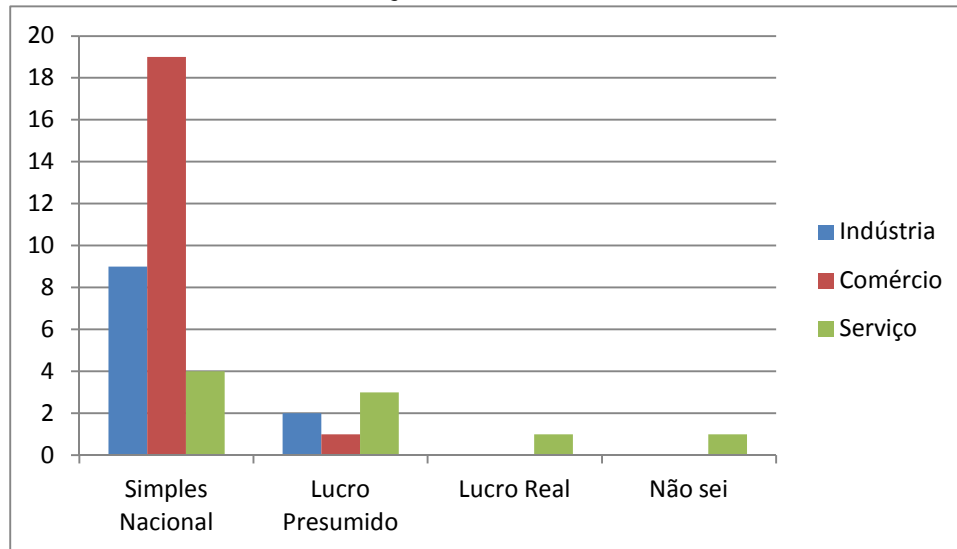
Observa-se que 43% das empresas entrevistadas possuem faturamento na faixa de R\$ 100.000,00 até R\$ 360.000,00, e desta forma estão enquadradas como micro empresas. Quando se analisa apenas o setor da indústria e comércio, esse número chega a 45%. No setor de serviços, 44% das empresas são consideradas EPP. Apenas uma empresa do setor de comércio e uma do setor de serviços se recusaram a informar o seu faturamento anual.

#### 4.2.5 Forma de tributação

O objetivo dessa questão foi identificar a forma de tributação das empresas. A forma de tributação de uma empresa faz parte do planejamento

tributário e uma escolha equivocada poderá acarretar a uma carga tributária alta e até mesmo a falência de uma empresa.

Gráfico 5: Forma de tributação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

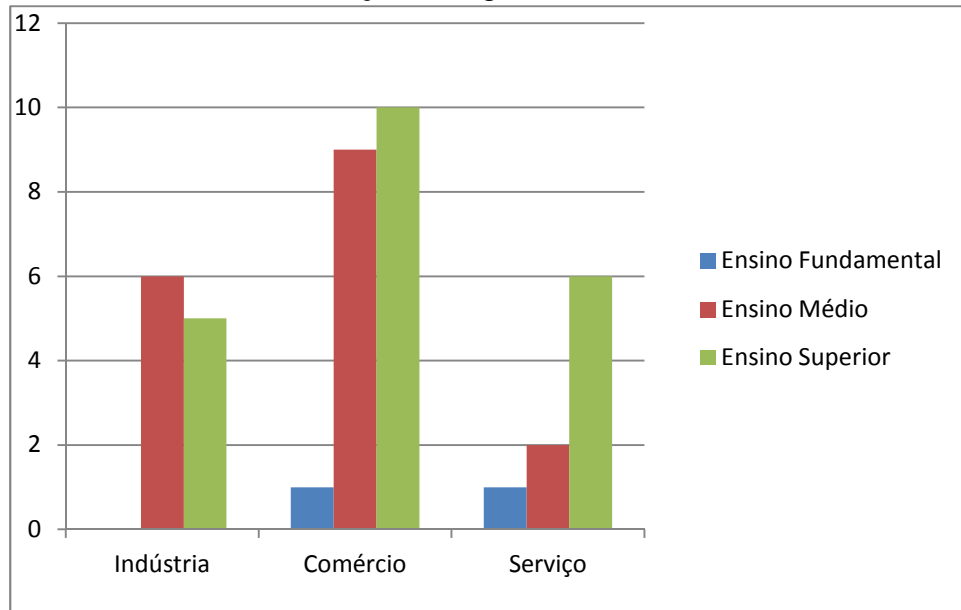
Verificou-se que a maioria das ME e EPP são optantes pelo SIMPLES NACIONAL, ou seja, cerca de 80% do total de empresas pesquisadas. Esse percentual aumenta quando se observa o setor do comércio que é de 95% e indústria 82%. O setor de serviços possui 44% das suas empresas enquadradas nesse regime de tributação, seguido de 33% de empresas enquadradas no Lucro Presumido. Esse fato se dá pelo motivo de que muitos serviços são impedidos de optarem pelo SIMPLES NACIONAL e de que com a desoneração da folha e o aproveitamento dos créditos de ICMS, pode ser mais vantajoso esse regime de tributação. Uma empresa do setor de serviços não soube informar o regime de tributação adotado pela empresa, dando a impressão de que o gestor deposita a total confiança no contador no que diz respeito à tributação da entidade.

#### 4.2.6 Grau de escolaridade do gestor

O grau de escolaridade do gestor foi outro ponto questionado, é importante identificá-lo, pois poderá ser um suposto empecilho para o entendimento das informações gerenciais.



Gráfico 6: Grau de instrução dos gestores



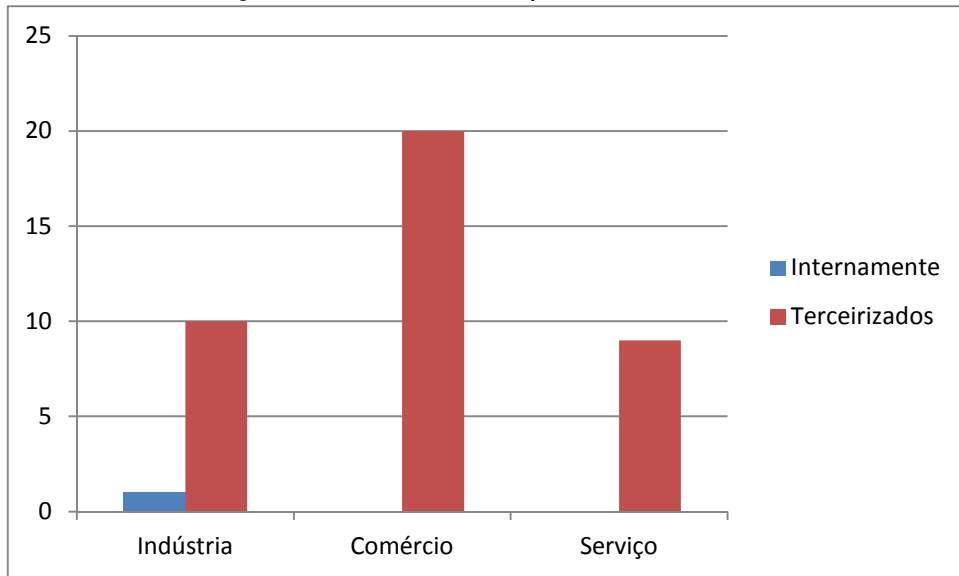
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A pesquisa constatou que 53% dos gestores das ME e EPP do município de Forquilha possuem ensino superior, esse percentual aumenta quando se fala no setor de serviços 67%, seguido pelo comércio 50%. Já na indústria prevalece o ensino médio como grau de instrução dos gestores, com 55%. Nota-se que apenas 5% dos gestores possuem apenas o ensino fundamental, o que mostra que os gestores estão se dedicando aos estudos.

#### 4.2.7 Serviços contábeis da empresa

Questionou-se aos gestores sobre os serviços contábeis da empresa, se eram realizados internamente na entidade ou terceirizados por uma organização contábil. Nas ME's e EPP's, é comum o serviço contábil ser terceirizado pelo fato de ser inviável contratar um profissional contábil para fazer esse trabalho.

Gráfico 7: Serviços contábeis da empresa



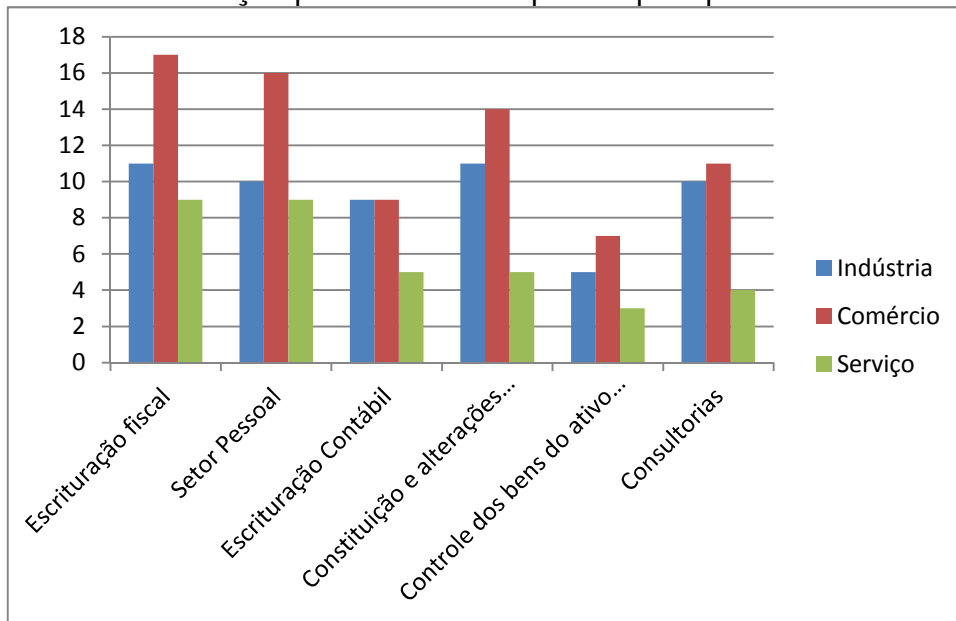
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A pesquisa mostra que 98% das empresas entrevistadas terceirizam seus serviços contábeis com as organizações contábeis, sendo que 100% das empresas do setor de comércio e serviços utilizam os serviços prestados pelos escritórios e 91% das indústrias. Isso mostra total dependência por parte das empresas quanto a esse tipo de serviço.

#### 4.2.8 Serviços prestados às empresas pelo profissional da contabilidade

Procurou-se identificar quais os principais serviços prestados pelos profissionais contábeis, sendo que o resultado encontra-se demonstrado no gráfico 08.

Gráfico 8: Serviços prestados às empresas pelo profissional contábil



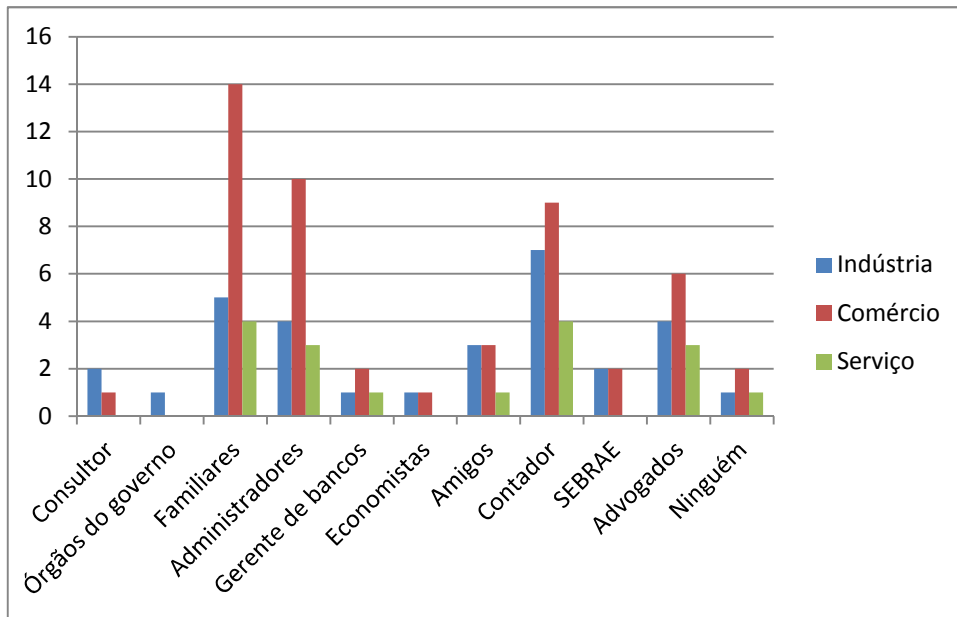
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Verifica-se por meio das análises de que a escrituração fiscal se destaca entre os serviços mais procurados por 93% das empresas entrevistadas. A folha de pagamento também é um serviço muito procurado por cerca de 88% das empresas, quando se fala em escrituração contábil, apenas 58% das empresas optam por estes serviços, o que mostra um certo descaso pela informações obtidas pela contabilidade para auxiliar na tomada de decisão.

#### 4.2.9 Aconselhamentos na tomada de decisão

Na pesquisa, questionou-se a quem os empresários recorriam quando precisavam tomar alguma decisão.

Gráfico 9: Aconselhamentos na tomada de decisão



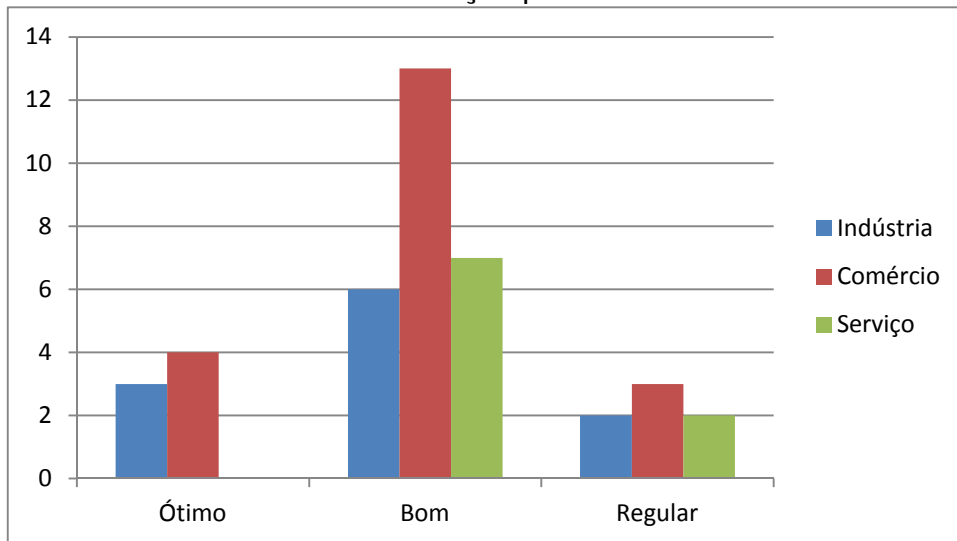
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A presente pesquisa nos mostra que os familiares são as principais pessoas de quem os gestores se aconselham antes de tomar alguma decisão, ocupando uma posição de 58% dos entrevistados, esse percentual aumenta quando comparado apenas o setor de comércio, chegando a 70%, em seguida vem os contadores com 50% e em terceiro lugar os administradores com 43%. A pesquisa mostra que a indústria é o setor que mais procura auxílio dos contadores para a tomada de decisão.

#### 4.2.10 Qualidade dos serviços prestados

Com o intuito de avaliar o nível de satisfação dos gestores das empresas, questionou-se sobre a qualidade dos serviços prestados pelos contadores.

Gráfico 10: Qualidade dos serviços prestados



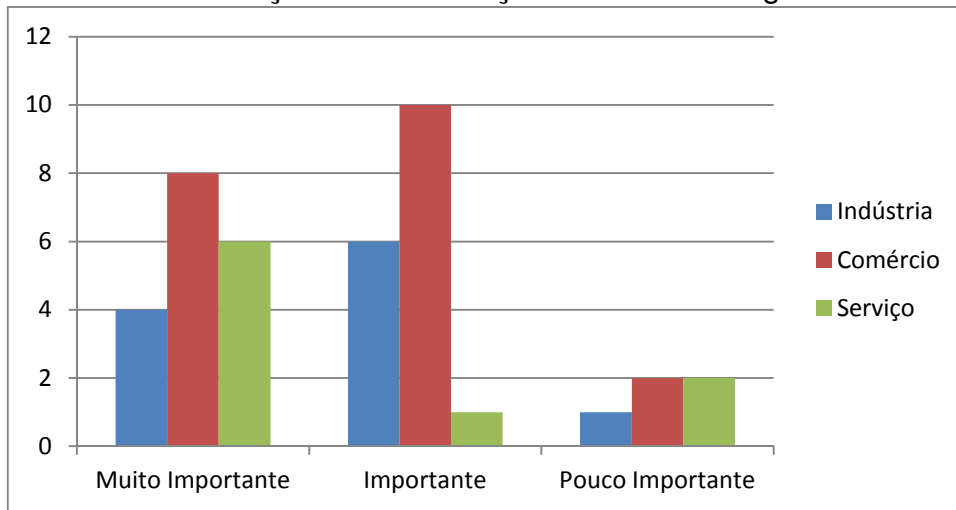
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Verifica-se que as empresas encontram-se satisfeitas com os serviços oferecidos pelos profissionais contábeis. Analisando os três setores, nota-se que 65% das empresas consideram nível bom os serviços prestados. Se analisado separadamente, o setor de serviços se destaca, com 78% das empresas respondendo que o trabalho do profissional contábil é considerado bom, seguido com 65% entre o comércio e 55% entre as indústrias.

#### 4.2.11 Utilização das informações contábeis na gestão da empresa

De acordo com os objetivos propostos, procurou-se identificar o nível de utilização da contabilidade para a tomada de decisão por parte dos gestores.

Gráfico 11: Utilização das informações contábeis na gestão da empresa



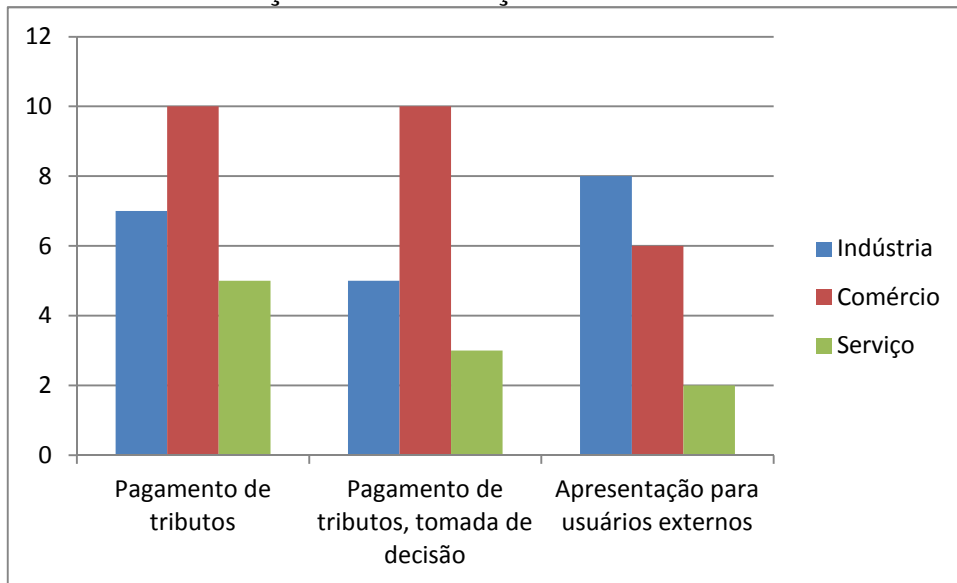
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Pode-se perceber que os gestores definem que a informação contábil é muito importante para a gestão das empresas, tendo um percentual de 45% dos entrevistados. No setor dos serviços, esse percentual aumenta, atingindo uma marca de 67% das empresas. Apenas 13% das empresas pesquisadas afirmaram que a informação contábil não é importante para a empresa.

#### 4.2.12 Utilização das informações contábeis

Questionou-se sobre a finalidade das informações contábeis, se elas serviam apenas para pagamento de impostos, se serviam para pagamento de impostos e tomada de decisão ou se apenas para apresentar para os usuários externos, afim de obter empréstimos e financiamentos.

Gráfico 12: Utilização das informações contábeis



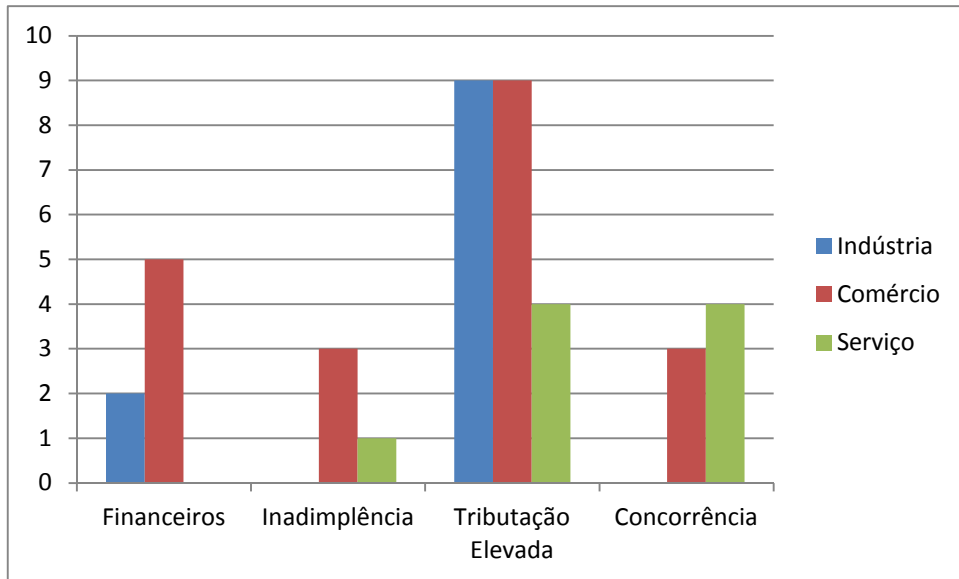
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Baseado nas respostas da questão anterior, onde a maioria dos gestores considera a utilização das informações contábeis algo de muita importância na gestão das empresas, pode-se notar que na prática a realidade é outra, percebe-se que 55% das empresas pesquisadas utilizam-se das informações contábeis apenas para pagamento de tributos, esse percentual aumenta quando se analisa apenas o setor de serviços, chegando a 56% das empresas entrevistadas, justo neste setor que na questão anterior 67% das empresas consideraram a informação contábil algo de muita importância. No setor da indústria, pode-se observar que 73% das empresas utilizam as informações contábeis para apresentar aos usuários externos.

#### 4.2.13 Principal dificuldade enfrentada pela empresa

Sabe-se que são inúmeras as dificuldades encontradas pelas empresas, no entanto, procurou-se identificar as principais dentre as prováveis. O gráfico 13 aponta o resultado desta variável.

Gráfico 13: Principal dificuldade enfrentada pela empresa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

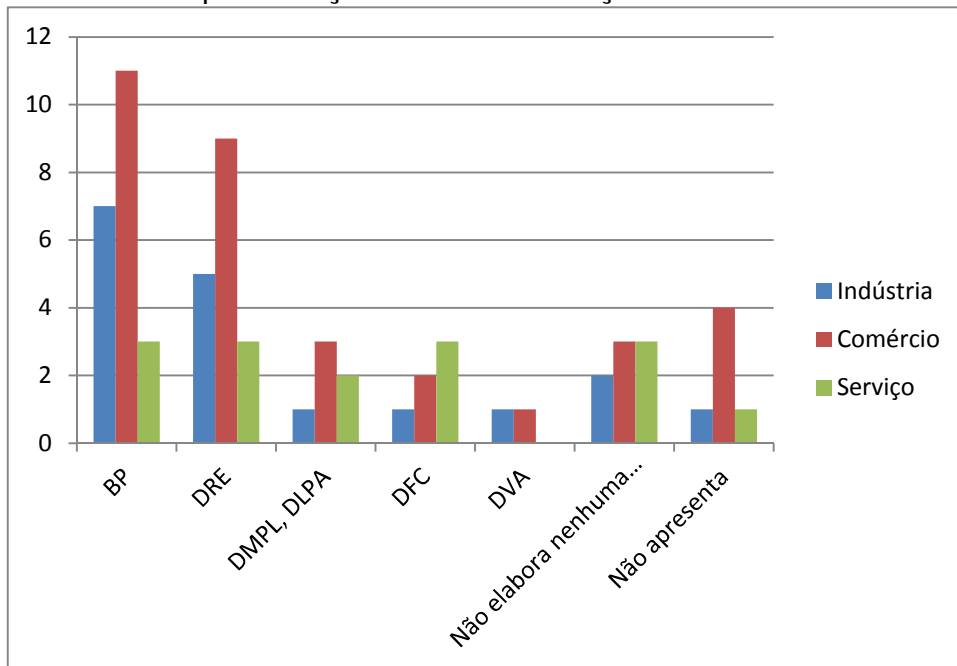
Percebe-se que a tributação elevada é a principal dificuldade enfrentada pelas empresas pesquisadas, nota-se que 55% das empresas responderam essa opção. No setor de serviços, além da tributação elevada, a concorrência também ganha destaque com 44% das empresas pesquisadas.

#### 4.2.14 Apresentação das demonstrações contábeis

Essa questão visa analisar quais são os relatórios contábeis elaborados pelos profissionais contábeis.



Gráfico 14: Apresentação das demonstrações contábeis



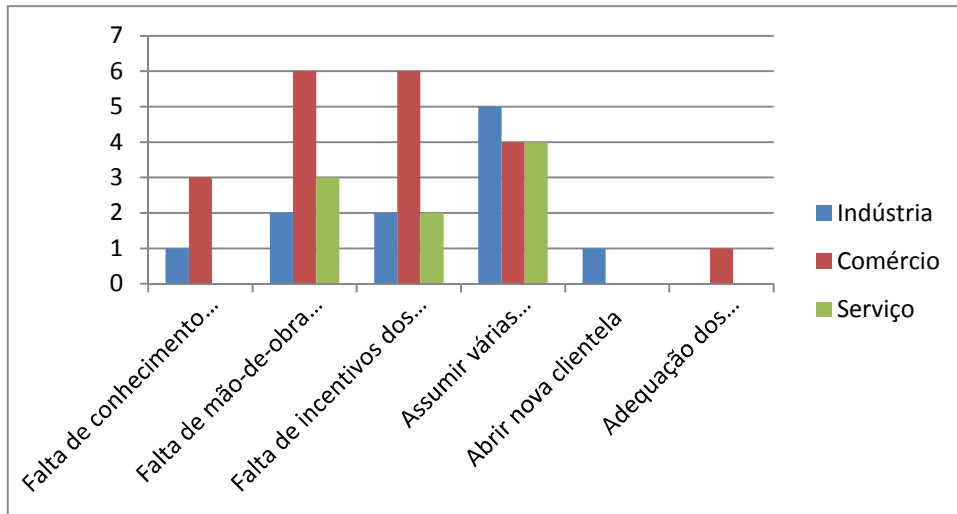
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Na pesquisa pode-se verificar de que o Balanço Patrimonial é o relatório que as empresas mais recebem dos contadores, cerca de 53% das empresas confirmaram, seguido da Demonstração do Resultado, com 43%. Das empresas entrevistadas, 20% delas afirmaram que o contador não elabora nenhuma demonstração contábil e 15% responderam que o contador elabora porém não apresenta as informações à empresa. Após confrontar os dados dessa questão com os dados da questão 8, onde os gestores responderam quais os serviços que estavam sendo pagos aos contadores, verifica-se que 4 empresas responderam que pagam pelo serviço de escrituração contábil porém não recebem os relatórios contábeis. Em contrapartida, 8 empresas afirmaram não pagar por esse tipo de serviço sendo que recebem os mesmos ao final de cada ano-calendário.

#### 4.2.15 Principal dificuldade na gestão da empresa

Essa foi uma questão de cunho pessoal destinada ao gestor, onde definia a principal dificuldade que ele possuía em administrar a empresa.

Gráfico 15: Principal dificuldade na gestão da empresa



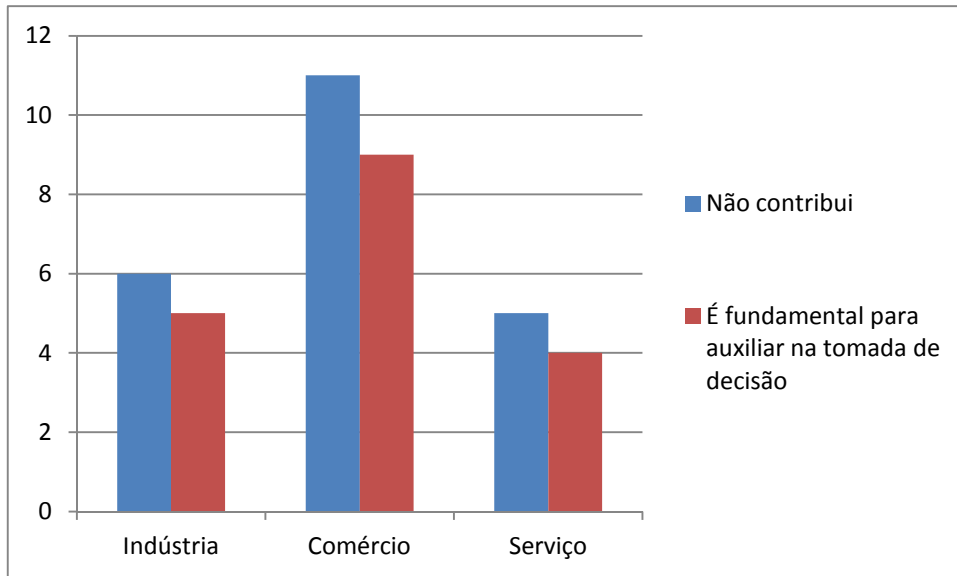
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

No setor da indústria e do serviço a principal dificuldade foi a necessidade de assumir várias responsabilidades na empresa, com 45% e 44% respectivamente. Já no setor do comércio as respostas mais citadas foram a falta de mão-de-obra qualificada e a falta de incentivos dos órgãos públicos, ambas com 30%. Nessa questão, disponibilizou-se um espaço para o gestor expor se por algum motivo tivesse outra dificuldade além das mencionadas, na indústria houve uma nova dificuldade, a abertura de nova clientela e no setor de serviços houve uma dificuldade sobre a adequação dos funcionários a novas mudanças.

#### 4.2.16 Contribuição do profissional da contabilidade na gestão da empresa

Procurou-se identificar a contribuição dos profissionais da contabilidade na gestão da empresa, ou seja, como os gestores veem o profissional contábil nos dias de hoje.

Gráfico 16: Contribuição do profissional contábil na gestão da empresa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013

Nota-se que 22 (vinte e duas) empresas, 55% do total entrevistadas afirmaram que o profissional contábil não contribui na gestão da empresa, contra 45% dos que disseram que o profissional é imprescindível para a gestão das mesmas. Dessas 22 empresas, 12 empresas contratam os serviços de escrituração contábil, recebem os relatórios contábeis e ainda não estão satisfeitas. As outras 10 (dez) empresas que afirmaram que o contador não auxilia na tomada de decisão, se dá talvez pelo fato de não contratarem os serviços contábeis.

#### 4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As micro e pequenas empresas possuem em sua gestão administradores com um grau de instrução bom, 53% deles concluíram o ensino superior, o que mostra que os mesmos estão dando importância aos estudos para assumir esse tipo de função.

Das empresas pesquisadas na região de Forquilha-SC, 50% delas são do ramo de comércio, 56% possuem faturamento inferior a R\$ 360.000,00 por ano, estando enquadradas como ME.

Das 40 empresas pesquisadas, 80% são optante pelo SIMPLES NACIONAL por ser a forma de tributação mais vantajosa para essa condição de empresa e que 78% delas possuem até 10 funcionários registrados.

De acordo com a fundamentação teórica, para as ME's e EPP's, na maioria das vezes não é vantajoso ter uma contabilidade interna, pois isso aumenta o custo da empresa. A pesquisa confirmou essa informação ao mostrar que apenas uma possui a contabilidade interna, o restante terceiriza o serviço, com organização contábil.

Dos serviços prestados pelos contadores, os mais citados foram a escrituração fiscal, como o cálculo e preenchimento de guias e os serviços de folha de pagamento. Isso demonstra que os gestores estão mais preocupados com as questões fiscais e trabalhistas do que com a informação contábil para a tomada de decisão.

Dentre os relatórios gerenciais recebidos pelas empresas, os mais comuns são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado. A pesquisa mostra que o índice de empresas que não recebem nenhum tipo de relatório contábil chega a 35% das empresas entrevistadas.

Embora muitos responderam que estão satisfeitos com os serviços prestados pelo profissional contábil e que muitas empresas afirmaram ser extremamente importante as informações contábeis, na prática não é o que acontece, pois muitas das empresas pesquisadas utilizam a contabilidade apenas para gerar guias de pagamento, e não para fins gerenciais.

A contabilidade, quando realizada da maneira correta é importante não apenas para atender as exigências legais, mas para registrar os dados e posteriormente transformar em informações e conhecimento aos usuários tomadores de decisão e garantir a continuidade da entidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi mostrar a importância do contador para as micro e pequenas empresas para o processo de tomada de decisão. A tomada de decisão está inserida na rotina das pessoas, para fazer a melhor escolha é necessário estar rodeado de informações. Nas empresas, a informação contábil é a peça chave que oferece suporte para os gestores decidirem sobre o futuro da entidade.

O principal objetivo da contabilidade é gerar informações sobre o patrimônio da entidade, sempre buscando atender aos usuários que podem ser internos ou externos, entretanto nem sempre a contabilidade consegue cumprir sua tarefa, muitas vezes porque a linguagem utilizada pela contabilidade não é compreendida por tais usuários. Entre os usuários que possuem maior dificuldade, se destaca os gestores das micro e pequenas empresas, deixando de usufruir de inúmeras informações que lhe auxiliariam na tomada de decisão e utilizando-as apenas para pagamento de impostos.

As MPE's representam grande parte da economia brasileira, contribuindo para o crescimento do país, porém a mortalidade dessas empresas é preocupante, chegando a 60% nos 3 primeiros anos de atividade. A principal causa da mortalidade das MPE's é a má administração da empresa. Conforme dados da pesquisa elaborada nesse trabalho, muitos gestores consideram a informação contábil muito importante, porém nem todos a utilizam.

Quando a contabilidade, além de atender os usuários externos, passar a ser útil para a tomada de decisão dos usuários internos, a criatividade do contador é que irá determinar o tipo de relatório que será utilizado de modo a ser compreendido e satisfatório de acordo com as necessidades operacionais e estratégicas dos gestores.

É notório que grande parte dos gestores não compreende as técnicas contábeis para gerir sua empresa com segurança, portanto cabe ao contador adequar as informações de acordo com a realidade de modo com que facilite a compreensão, contribuindo para a continuidade e o sucesso da empresa.

Com isso, ganha a empresa que conseguirá se manter no mercado e ganhará o contador que terá sua profissão reconhecida e valorizada, ganhará o país, uma vez que grande parte da economia brasileira se deve aos micro e pequenos

empreendedores e ganha a contabilidade por atingir seu objetivo que é de fornecer informações úteis à tomada de decisão.

Diante do exposto, considera-se que os objetivos do trabalho foram alcançados, ao identificar por meio da pesquisa, a utilização ou não das informações produzidas pelo contador nas micro e pequenas empresas da região de Forquilha-SC, sendo que grande parte dessas empresas consideram suas informações contábeis de extrema importância porém não se baseiam nelas para a tomada de decisão.

## REFERÊNCIAS

- Sá, Antônio Lopes de. **Consultoria e análise contábil**, editora Juruá, Curitiba, 2011, 236p.
- Sá, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**, 3º edição, Curitiba: Juruá, 2008, 316p.
- Edmir Kuazaqui...[et al.] **Administração para não-administradores**, editora Saraiva, São Paulo, 2006, 356p.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- LOPES DE SÁ, Antonio. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- SILVA, Daniel Salgueiro et al. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5. ed. Brasília: CFC/SEBRAE, 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para a elaboração de monografias e dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MENDES, Jerônimo. **Manual do empreendedor: como construir um empreendimento de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PIRES, Mirian Albert; COSTA, Fábio Moraes da. HAHN, Aucilene Vasconcelos. **Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas : análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória-ES**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004. São Paulo.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas, 2006. 179 p.

ZANINI, Marco. **Tecnologia mudou a rotina do contador, o SPED revolucionou.** Administração e Negócios. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/tecnologia-mudou-a-rotina-do-contador-o-sped-revolucionou/> 34903/>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores Paris**, de 26 a 29-10-97. São Paulo: Atlas, 1999. 400 p.

KROETZ, Cesar Eduardo S. Contabilidade Social. Revista Contabilidade e Informação. Ijuí - RS: Editora/UNIJUÍ, n. 01, abr/1998. pp. 05-12.

PIRES, Charline Barbosa; OTT Ernani; DAMACENA, Claudio. “Guarda-Livros” ou “Parceiro de Negócios”? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Revista Contabilidade Vista & Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.20, n. 3, p. 157-187, jul./set., 2009.

Iudícibus, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 4ª edição. São Paulo: Atlas 2007.288p.

MARION, José Carlos; MARION, Márcia Maria Costa. **O ensino da contabilidade no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes. **Ética Profissional.** Ed. Atlas S/A São Paulo-2007

FARIAS, Felipe Nóbrega; LIMA, Maíra Oliveira. **A atividade contábil e a questão da ética profissional.** Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/40488>. Acesso em 27 de agosto. 2013.

OTT, Ermani. **Contabilidade Gerencial Estratégica: Inter-relacionamento da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial.** BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 35 – 46, mai/ago. 2004

FORTES, José Carlos. **Manual do Contabilista: Uma abordagem Teórico-Prática da Profissão Contábil.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSA, J. A.; FUTIDA, H. T. **Administração da empresa contábil.** São Paulo: IOB, 2009.

Silva, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária.** 4º Ed. São Paulo: IOB Thomsom, 2007, 461p.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária.** 5 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **IRPJ/ CSLL 2007: Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: ano-calendário 2007:**

**lucro real, lucro presumido, lucro a.** São Paulo: IOB Thomson, 2007.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho.** 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



DIAS, Fabiano de Oliveira. **Processo de Análise das Demonstrações Contábeis em Clubes Sociais: Um Estudo de Caso**, 2003. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARBOSA, S. L.; BONAMIGO, M. P.; **A Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta Gerencial para Auxílio nos Processos de Tomada de Decisão**. Paraná, 2004. Disponível em:  
<<http://www.contabeis.com.br/artigos.aspx?id=15>>. Acesso em: 28 set.

HERNANDES, Danieli Cristina Ramos; PELEIAS, Ivam Ricardo; BARBALHO, Valdir Ferreira. O professor de Contabilidade: habilidades e competências. Capítulo In: **Didática do Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**, 8a ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GATTI, Ivan Carlos. **As Empresas de Serviços Contábeis no Ano de 2000**. Porto Alegre: CRCRS, 2000.

<http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/42997/conceito-de-empresa#ixzz2hbgaTOU8>

CANECA, R. L.; MIRANDA, L. C.; RODRIGUES, R. N.; LIBONATO, J. J.; FREIRE, D. R. **A influência da oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas**. Recife, 2009. Disponível em:  
<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/84/84%3E%20Acesso%20em%2014%20mai.%202012>. Acesso em 10/10/2013

## APÊNDICE

## APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE PESQUISA AOS GESTORES DAS EMPRESAS DA REGIÃO DE FORQUILHINHA-SC

As informações serão utilizadas estritamente para elaboração da monografia e seu conteúdo terá tratamento absolutamente confidencial.

### QUESTIONÁRIO

1- Tempo de operação da empresa?

- Até 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- acima de 15 anos

2- Ramo de atividade?

- Indústria
- Comércio
- Serviços

3- Número de funcionários?

- até 10 pessoas
- de 11 a 20 pessoas
- de 21 a 30 pessoas
- acima de 30 pessoas

4- Porte da empresa? (faturamento)

- Micro Empresa ( até R\$ 100.000,00 por ano)
- Micro Empresa ( de R\$ 100.000,01 a 360.000,00)
- Empresa de Pequeno Porte ( de R\$ 360.000,01 a R\$ 1.000.000,00)
- Empresa de Pequeno Porte ( de R\$ 1.000.000,01 a R\$ 3.600.000,00)
- Acima de R\$ 3.600.000,00
- Não informado

5- Qual a forma de tributação?

- Simples Nacional

- ( ) Lucro Presumido
- ( ) Lucro Arbitrado
- ( ) Lucro Real
- ( ) Não sei

6- Qual o grau de escolaridade do gestor?

- ( ) Ensino Fundamental
- ( ) Ensino Médio
- ( ) Ensino Superior

7- Os serviços contábeis da empresa são desenvolvidos?

- ( ) Internamente na empresa;
- ( ) Terceirizados com uma organização contábil.

8- Quais são os serviços oferecidos pelo contador?

- ( ) Escrituração fiscal (apuração de impostos, elaboração livros fiscais)
- ( ) Setor Pessoal (admissões, rescisões, folha de pagamento e guias sociais);
- ( ) Escrituração Contábil (elaboração Livro Diário e Demonstrações Contábeis);
- ( ) Constituição e alterações contratuais;
- ( ) Controle dos bens do ativo imobilizado;
- ( ) Consultorias e esclarecimentos quando solicitados.

9- Com quem você se aconselha antes de tomar alguma decisão pela empresa?

- ( ) Consultor;
- ( ) Órgãos do governo;
- ( ) Familiares;
- ( ) Administradores;
- ( ) Gerente de bancos;
- ( ) Economistas;
- ( ) Amigos;
- ( ) Contador.

- SEBRAE
- Advogados
- Ninguém

10- Como você avalia a qualidade do serviço prestado pelo seu profissional contábil?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

11- As informações geradas pela contabilidade são utilizadas?

- Apenas para pagamento de tributos;
- Para pagamento de tributos e tomada de decisão;
- Para apresentação para usuários externos (bancos, fornecedores, clientes...)
- Outros. Informar \_\_\_\_\_

12- Como você classifica a utilização das informações contábeis na gestão da empresa?

- Muito Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Não sei responder

13- Qual é a **principal** dificuldade que a sua empresa enfrenta?

(Escolher somente uma)

- Financeiros
- Inadimplência
- Tributação Elevada
- Concorrência
- Outra. Cite-a \_\_\_\_\_

14- Qual a sua **principal** dificuldade na gestão da empresa?

(Escolher somente uma)

- Falta de conhecimento das rotinas administrativas
- Falta de apoio familiar ou interferência familiar

- Falta de mão-de-obra qualificada
- Falta de incentivos dos órgãos públicos
- Necessidade de assumir várias responsabilidades na empresa
- Falta de apoio/informação dos contadores sobre a situação da empresa
- Outra. Cite-a \_\_\_\_\_

15- O contador da sua empresa apresenta anualmente as seguintes demonstrações contábeis?

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA)
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- Não elabora nenhuma demonstração contábil
- Não apresenta

16- Qual a contribuição do seu contador na gestão da sua empresa?

- Não contribui
- É fundamental para auxiliar na tomada de decisão

17- Com que frequência seu contador está disponível para lhe atender?

- Sempre que solicitado
- Apenas com hora marcada
- Raramente está disponível